

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Ana Karina Bratti Porto

**TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO: CONCILIAÇÕES E
CONFLITOS DAS TRABALHADORAS AUTÔNOMAS**

Porto Alegre
2017

Ana Karina Bratti Porto

**TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO: CONCILIAÇÕES E
CONFLITOS DAS TRABALHADORAS AUTÔNOMAS**

Monografia apresentada na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Sociologia como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cinara Lerrer Rosenfield.

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Porto, Ana Karina Bratti

Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo:
conciliações e conflitos das trabalhadoras autônomas /
Ana Karina Bratti Porto. -- 2017.

60 f.

Orientadora: Cinara Rosenfield.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Flexibilidade. 2. Trabalho. 3. Maternidade. 4.
Conciliação na dupla jornada. 5. Trabalho autônomo. I.
Rosenfield, Cinara, orient. II. Título.

Ana Karina Bratti Porto

**TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO: CONCILIAÇÕES E
CONFLITOS DAS TRABALHADORAS AUTÔNOMAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela
em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em: ___/___/2017

Comissão examinadora:

Prof^a Dr^a Cinara Lerrer Rosenfield (Orientadora)
UFRGS

Prof^a Dr^a Luciana Garcia de Mello (Examinadora)
UFRGS

Prof^a Daiana Hermann (Examinadora)
UFRGS

*Que el verso sea como una llave
Que abra mil puertas.
Uma hoja cae; algo pasa volando;
Cuando miren los ojos creado sea,
Y el alma del ovente quede temblando.*

*Inventa mundos nuevos e cuida tu palabra;
El adjetivo, cuando no da vida, mata.*

Vicente Huidobro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora Cinara pela dedicação, generosidade e incentivo ao afinamento do olhar sociológico. Obrigada por ter confiado em mim, e por me mostrar caminhos em momentos de insegurança.

Às professoras que aceitaram ler e participar da banca: à Luciana, que muito também contribuiu a esta pesquisa e à Daiana, que se mostrou disponível mesmo no período de elaboração de sua tese.

Ao Grupo de Estudos em Trabalho e Justiça Social, que me acolheu desde o começo, por incentivar a buscar uma realidade social mais justa, pela riqueza intelectual e de trocas proveitosas! Minha admiração a todas e todos!

Às amizades criadas nas ciências sociais, em especial ao Kula que assim como o ritual descrito por Malinowski, também está baseado na reciprocidade. Obrigada pelas trocas nos corredores, nas salas, nos bares! O companheirismo de vocês foi essencial. À Helô também que, com graça, sempre nos alimentou durante esses anos todos de sociais.

Aos amigos que a vida me deu, por compreenderem as ausências nos últimos tempos.

À minha família pelo apoio e carinho. Em especial ao meu avô Antônio pelas leituras e debates, minha irmã Bibiana por compartilharmos a mesma visão de mundo e minha mãe Ana por ser uma mulher incrível e fonte de inspiração.

Às mulheres deste trabalho, as que teorizaram sobre o tema e as que aceitaram as entrevistas, meu muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa busca explorar os tensionamentos que surgem na transversalidade entre trabalho autônomo— tanto como uma alternativa que visa maior autonomia, quanto pela necessidade de renda— e as demandas inerentes à maternidade. Nosso debate centra-se no processo de enfraquecimento da inserção pelo trabalho e dos laços sociais pensando sob a perspectiva de gênero, associando as mudanças dos modos de vida no paradigma flexível com os papéis do trabalho reprodutivo. Nesse sentido procuramos demonstrar que os processos de desfiliação social e precarização do trabalho são somados às desigualdades de gênero e classe. Nossa hipótese foi construída baseada na ideia de que a combinação de um trabalho flexível com o pertencimento a classes populares podem gerar diversas fragilidades que modificam as estratégias das trabalhadoras autônomas, ao mesmo tempo que possibilita autonomia para conciliação. A metodologia utilizada foi qualitativa, com sete entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente desenvolvido, com o objeto empírico que é composto por trabalhadoras autônomas, de classes populares e mães de crianças de até dez anos. Para tanto, procuramos investigar a dupla jornada a partir das seguintes categorias: a flexibilidade positiva, a flexibilidade negativa e as significações sobre trabalho produtivo e reprodutivo. Podemos inferir do campo empírico que duas categorias são relevantes para uma dupla jornada menos conflituosa: a delegação parcial, quando contam com outros sujeitos para dividir tarefas do trabalho reprodutivo, e a estabilidade da demanda no trabalho autônomo.

Palavras-chave: Flexibilidade. Maternidade. Trabalho autônomo. Conciliação na dupla jornada.

ABSTRACT

This research pursued to explore the tensions that arise in the transversality between self-employment, as both an alternative that aims autonomy and the need for income, and the demands inherent to motherhood. Our discussion focuses on the process of weakening insertion through work and the dilution of social ties thinking from the gender perspective, associating the changes of labour flexibility with the roles of reproductive work. Therefore, we try to demonstrate that the processes of social desfiliation and precariousness of work are added to the inequalities of gender and class. In doing so, hypotheses built was based on idea of the combination of self-employment with belonging to the working class can generate several fragilities that modify the strategies of the autonomous workers, while the same time allowing autonomy for conciliation in the double shift. Thus, the methodology used was qualitative with seven semi-structured interviews-with previously developed guide-with autonomous workers that are mothers of small children. Therefore, we seek to investigate the double shift from the following categories: positive flexibility, negative flexibility and the meanings about productive and reproductive work. We can infer from the empirical field that two categories are relevant to a less conflictive double shift: partial delegation, when they rely on others to share tasks of reproductive work, and the stability of demand in self-employment.

Keywords: Labour flexibility. Motherhood. Self-employment. Conciliation in the double shift.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrevistadas	36
Tabela 2 - Trabalho autônomo	39

ABREVIATURAS E SIGLAS

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

MEI: Microempreendedor Individual

PED: Pesquisa de emprego e desemprego

RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO.....	21
2.1 Trabalho no Paradigma Flexível	21
2.2 Desigualdades na perspectiva de gênero	26
2.3 Desigualdades na perspectiva de classe	30
2.4 Assimetrias e Agência	34
3 DUPLA JORNADA	36
3.1 Trabalho Autônomo.....	38
3.2 Maternidade(s)	45
3.3 Estratégias e significações.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A: Roteiro das entrevistas	60

1 INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação, econômica e política, que se intensifica a partir da década de 80, coloca novas regras à subordinação do trabalho ao capital. A emergência de modalidades mais flexíveis de acumulação do capital está ligada à forma do capitalismo atual: globalizado, baseado na lógica financeira e nas novas tecnologias. A reestruturação tem como característica a precarização do estatuto e das atividades laborais, a flexibilidade, a segmentação, o sobretrabalho e a responsabilização dos sujeitos. As formas atípicas de trabalho, quando pensamos a norma como emprego assalariado¹, têm aumentado devido às diversas dimensões da flexibilização:

Tal flexibilidade (...) se reveste de diferentes significados: diz respeito a formas de emprego, contratos de trabalho, organização do trabalho e da produção, mobilização dos trabalhadores, diferenciação de produtos, descentralização das formas de produção, variados arranjos dos tempos e lugar de trabalho, diversificação de formas de remuneração (MOSSI & ROSENFELD, 2011, p.83).

No modelo flexível há acentuações de características de paradigmas anteriores, ao mesmo tempo em que há rupturas com a norma e o surgimento de novas perspectivas sobre o trabalho e sua gestão. Segundo Druck (2011, p.42), as diversas formas de trabalho coexistem e produzem relações complexas, não podendo defini-las como definitivas.

Esse novo modelo flexível busca superar a crise do fordismo: com novas estratégias para garantir a produtividade, alicerçada na lógica de curtíssimo prazo, e redefinindo as bases para competitividade com a redução dos custos do trabalho. A nova organização do trabalho é também um novo modo de vida, pois as transformações no mundo do trabalho têm implicações para os “modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade” (COUTINHO, 2007, p.29).

No capitalismo flexível, a própria flexibilidade, a autonomia e a precarização se combinam em uma dinâmica em que trabalhador pode ser facilmente substituído, sendo apenas uma peça na engrenagem produtiva: “É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e

¹ Robert Castel (2013) observa que mesmo havendo o emprego dos termos referentes aos assalariados, não implica que exista *uma* condição de assalariado, mas sim uma multidão de situações assalariadas heterogêneas e ambíguas (CASTEL, 2013, p.148). Para compreensão ao longo do texto utilizaremos as situações salariais delimitadas à sociedade salarial de Castel, a saber: “em que a maioria dos sujeitos sociais obterá suas garantias e seus direitos a partir do fato de participar dessa condição” (*ibidem*, p.148).

precárias formas de contratos” (DRUCK, 2011, p.41). Para pensar o trabalho hoje é indispensável compreender como o sujeito vivencia esse novo modelo com formas de inserção mais frágeis– e como apreende a precarização, as pressões da responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, enfim, como o sujeito lida com o mundo pós-moderno. Houve importantes rupturas que levaram a novas concepções morais sobre o trabalho e o que esse representa para os sujeitos, como por exemplo o ponto de vista geracional sobre o ideal de um “bom trabalho” em poucas décadas foi drasticamente reconfigurado.

O processo de reorganização do trabalho possibilitou ao trabalhador uma relação de proximidade com o que produz. Os vínculos, principalmente trabalhistas, eram dificilmente rompidos nos paradigmas antigos e os planos de carreira demandavam longo prazo para se estabelecerem. Os indivíduos insatisfeitos ou que não se enquadravam no emprego estável assalariado e na disciplina fabril tiveram, através do trabalho flexível, chance de dar vazão à subjetividade e ter experiência de trabalhos mais abertos e dinâmicos.

Há importantes fatores positivos da flexibilização, como o aumento das modalidades de trabalho, a possibilidade de se reinventar nas diferentes direções do curso de vida, a flexibilidade de tempo para investir em outras atividades e a chance de dar vazão a seus dons, o que possibilita a um contingente de trabalhadores experienciarem maior identificação com o trabalho, se realizarem através do trabalho produtivo. A fluidez e transitoriedade do capitalismo flexível oportunizaram inserções mais democráticas porque o trabalhador hoje tem acesso a uma vasta gama de tipos de trabalho; mas por outro lado, todos os trabalhos podem corresponder a uma fase particular da vida, sem existir a certeza da continuidade, ou seja, o trabalho precarizado é sentido por todos os trabalhadores através da instabilidade. Dessa forma, a ideia de trabalho mais aberto, flexível e estimulante não condiz da mesma maneira para os diversos estratos sociais, e nem para todos os postos de trabalho flexível.

No trabalho flexível há capacidade de negociação dos sujeitos, entretanto a margem de liberdade que é dada aos trabalhadores é uma nova característica da gestão do trabalho, que não é apreendida pelos sujeitos como uma autonomia real: a autonomia nos postos de trabalho e a liberdade de criação têm como finalidade, hoje, integrá-la à norma (ROSENFELD, 2004, p.205). Com a reestruturação produtiva, o trabalhador recebeu uma “autonomia outorgada” (*ibidem*, p.202). Essa

nova autonomia está fundamentada na produtividade e aliada à responsabilização, e vem se irradiando tanto nos postos de trabalho industriais assalariados quanto nas relações de trabalho fundantes do novo paradigma mais fluido e flexível.

Há liberdade para moldar as vidas, mas a nova ordem impõe também novos controles, segundo Sennett (2012, p.10). No entendimento transdisciplinar do sociólogo, as repercussões do capitalismo flexível no trabalho e na subjetividade ocasionaram uma sensação de incerteza que já está incorporada nas práticas cotidianas, pois a “instabilidade pretende-se normal” (*ibidem*, p.32).

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas da burocracia, e também os males da rotina cega. Pedese aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2012, p.9).

Richard Sennett avalia que o novo capitalismo impactou sobre o caráter pessoal, e considera o caráter como sendo “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (*ibidem*, p.10), e é expresso pela lealdade e pelo compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro.

Crítico também à reestruturação produtiva, Robert Castel (2013) analisa o processo da nova questão social pela perspectiva da precarização. O autor considera o trabalho como fator determinante da dinâmica social. A associação “trabalho estável”-“inserção relacional sólida” caracteriza uma área de integração (CASTEL, 2013, p.24); e, inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam efeitos negativos para produzir a exclusão. Desse modo a vulnerabilidade social, na visão de Castel², é uma zona intermediária entre a integração e exclusão que é caracterizada pela precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Na sua leitura da precarização, Castel indica que pode haver grupos fracamente providos e fortemente integrados, não estabelecendo, assim, relação direta com a estratificação social apesar dos “riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas” (*ibidem*, p.25).

² Robert Castel analisa em sua obra a nova questão social na Europa, principalmente como referência a França pós Welfare State. Mesmo propondo uma teoria para analisar as desigualdades a nível global, pois para o autor as desigualdades são inerentes ao capitalismo, no Brasil há particularidades pois não vivenciamos os ganhos do estado de bem-estar como a proteção social e o pleno emprego.

(...) a situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo muito precário, intermitente. De agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório (CASTEL, 2013, p.21).

A exclusão da possibilidade de inserção nos trabalhos estáveis assalariados levaria a trabalhos em que não há segurança de tratamentos médicos, dias não-trabalhados, aposentadoria, férias e licenças, ou seja a dissolução da proteção do trabalhador. Entretanto o trabalho autônomo, que é o trabalho sem a estabilidade do vínculo empregatício, pode se constituir como uma estratégia de sobrevivência frente à necessidade de sustento e/ou por uma escolha pelo caráter da flexibilidade e autonomia. O trabalhador autônomo desenvolve suas próprias atividades, sem estar subordinado a um empregador, e possui características como independência e flexibilidade para organizar seu tempo e espaço. A autonomia é a capacidade de se autogovernar, direito de reger-se segundo leis próprias, e no trabalho autônomo se contrapõe à lógica autoritária, ao poder decisório e discricionário empresarial ou estatal-burocrático (CATTANI, 2002, p.43).

O autônomo exerce, por sua conta, determinada atividade profissional, auferindo os rendimentos do seu trabalho, assumindo assim, os riscos da atividade que desempenha e aumentando suas responsabilidades. Há dificuldade em definir o trabalho autônomo, dada a diversidade de setores de atividade, da flexibilidade das formas de contrato para aqueles que prestam serviço eventualmente, e o embaralhamento das reais condições desse trabalho.

Na medida em que o trabalho flexível se distancia das proteções sociais, abre brechas para a precarização e para a autonomia do sujeito transformar-se em subordinação, visto que a concorrência é um dos fatores que impulsiona trabalhadores a aceitarem diversas condições de trabalho para escaparem do desemprego, como o modelo de autônomo disfarçado. Nesse ponto a fraca regulação do estado faz com que condições precarizadas no mundo do trabalho sejam naturalizadas, como parte do processo produtivo. De maneira geral a precarização atinge intensamente os trabalhadores informais, pois a informalidade permite condições de trabalho sem respaldo da legislação. Entretanto, a precarização é como uma onda que atinge as diversas esferas da vida do sujeito: em quase todas inserções de trabalho, na contemporaneidade, algum nível desse

processo existirá. Como está ligada a questões subjetivas, sendo difícil definir o conceito e quantificá-lo, pois escapa às bordas do mundo do trabalho, a precarização se relaciona em como a comunidade moral e jurídica entende as condições em que os trabalhos são exercidos. Isto é, a sociedade compartilha limites sobre o que considera aceitável na desregulamentação do trabalho. As noções compartilhadas na comunidade moral implicam também a elaboração de como sujeitos buscam diminuir a exclusão e precarização no trabalho, no sentido de posições políticas frente a flexibilização indiscriminada da legislação sobre trabalho e proteção social. Hoje, talvez a busca por direitos sociais (ou a luta pela não eliminação deles) através da mudança macroestrutural pela política institucional esteja menos em voga, mas não significa que os indivíduos recebam passivamente o processo de precarização.

A ideia de ter plena autonomia de seu trabalho, “ser dono de si” pode ser mobilizada por sujeitos que buscam outros valores para além da busca por lucro. Novas relações com a autonomia e o trabalho, como a economia solidária, modalidades inéditas de trocas e cooperativas criam um espaço entre o trabalho e o capital de inflexão no modo de trabalhar capitalista, que leva agora em conta a autonomia do ser e sua contribuição social. Então, o trabalho flexível pode também estar relacionado, hoje, ao peso que este tem na autorrealização e seu valor social. Nesse sentido, podemos problematizar também o quanto a liberdade prometida pelo modelo flexível pode vir a ser autonomia real dentro do sistema de produção capitalista. Casos crescentes de assalariamento disfarçado, situação em que o trabalhador autônomo tem relação de dependência com o contratante e presta serviços rotineiramente, se configura em um contexto que ceifa a autonomia do trabalhador que apesar do status de autônomo não o é realmente. Na mesma direção, Rosenfield (2004, p.205) indica que a autonomia dentro dos quadros de trabalhos assalariados é outorgada: o método vertical do modelo flexível concede uma margem de autonomia institucionalizada que não é sentida como a autonomia real pois é fundamentada na finalidade de maximização dos lucros. Isto cria um simulacro de valorização dos trabalhadores, e dessa forma o que está em jogo é que a promessa de autonomia no modelo flexível não está mais necessariamente ligada à mudança de status social do trabalhador.

As categorias de autônomos são variadas, há nuances entre a proteção social e acesso a direitos, que estão relacionados à contribuição a Previdência Social,

pagamento de impostos, reivindicação de pessoa jurídica ou MEI, até a informalidade completa em condições precárias. Estas categorias são combinadas em diferentes arranjos, que devem ser analisados de perto para entender as reais condições objetivas e subjetivas em que os trabalhadores autônomos se encontram. Mesmo quando dependentes de seu contratante (formas mascaradas de contratação de autônomos) afastados assim do ideal de autonomia, há fatores positivos do trabalho com flexibilidade que devem ser levados em conta como a possibilidade de liberdade de horários, espaço de trabalho, a ampliação da renda e da carreira. Os trabalhadores autônomos reportam mais satisfação quando consideram a flexibilidade, lucro e autonomia para desenvolver suas competências e habilidades (TREMBLAY & GENIN, 2008, p.164).

Para as mulheres é especialmente dificultoso, pois a articulação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição (BRUSCHINI, 2006). Historicamente, o mundo do trabalho possui resistências quanto à mistura das esferas produtivas e reprodutivas, pois a lógica de contratação e oportunidades no mercado de trabalho prejudica trabalhadoras com filhos, dificultando o entrosamento e o acesso do filho à mãe. Além disso, no caso das trabalhadoras brasileiras que conseguem se inserir no mercado de trabalho, é provável que não acessem benefícios nessa direção: “o problema maior é justamente o não-cumprimento dessas normas, seja porque as mães têm vínculos informais de emprego (...), seja porque as empresas não as cumprem apesar de “assinarem a carteira” (BRUSCHINI & RICOLDI, 2009, p.118). O caráter flexível de um trabalho é uma questão cara às mulheres que vivem a conciliar a dupla jornada, pois permite a autonomia para organizar e se dividir entre os trabalhos produtivos e reprodutivos. Desse modo, optar por ser autônoma ou empreender seu próprio negócio tem se mostrado, recentemente, como estratégia de algumas mulheres face à desigual entrada no mercado de trabalho para mulher que tem filhos, como também face à rigidez dos trabalhos assalariados que não possibilitam essa conciliação.

A divisão sexual do trabalho e a maternidade diferenciam para as mulheres a organização pessoal de suas atividades, e o uso de sua autonomia muitas vezes é “constrangida por determinações da organização social ou econômica” (DEDECCA, 2008, p.282), isto porque cabe quase exclusivamente às mães equilibrar vida profissional e vida familiar no modelo de conciliação (HIRATA & KERGOAT, 2007,

p.604). Dessa forma, as mulheres tendem a perceber a possibilidade de equilibrar família-trabalho como consequência positiva da flexibilidade (TREMBLAY & GENIN, 2008, p.166). Por isso, compromissos com a família e crianças também aparecem como justificativa para a escolha do trabalho autônomo: “mulheres são mais propensas que os homens a serem atraídas pela ideia do trabalho autônomo ou empreendedorismo devido às responsabilidades familiares” (HEILBRUNN *apud* TREMBLAY & GENIN, 2008). Como meio de sobrevivência, para contornar o desemprego, para conciliar a vida familiar ou estimular a carreira, o trabalho eventual e flexível acaba sendo uma característica forte do novo paradigma de flexibilização. Para a mulher, a qual foi designada pela divisão sexual do trabalho a dupla jornada, há possibilidade de maior conciliação entre o trabalho flexível e o acompanhamento do crescimento e das necessidades da criança.

Nesse sentido, a flexibilidade pode representar um ganho para as trabalhadoras que são mães, principalmente quando considerado a autonomia sobre as suas escolhas na conciliação da dupla jornada. Nas classes abastadas, as mulheres tendem a ter maior leque de escolhas após a maternidade, pela qualificação profissional, por ter geralmente laços familiares mais fortes, e mesmo que optem por trabalhar podem mobilizar aparatos que as deixem tranquilas e seguras de que o trabalho reprodutivo e o cuidado estarão sendo delegados às babás, creches especializadas, empregadas domésticas, monitoramento a distância etc. As mulheres que não possuem esses recursos, como aquelas que não dispõem de capital, têm de mobilizar outras estratégias para conciliar a dupla jornada, pois o contexto da maternidade mistura as mudanças na dinâmica familiar, com realinhamento do orçamento familiar, e com a construção do papel de mãe que se estabelece aos poucos no vínculo com a criança e que demanda dedicação.

Quando levamos em consideração a combinação de trabalhadoras autônomas que são mães e estão em classes populares, a flexibilidade deve ser reformulada. A flexibilidade dessas autônomas pode representar, nesse enfoque, tanto a conquista por uma oportunidade de inserção democrática e liberdade para gerenciar o tempo, quanto o peso de uma demanda inalcançável que pode levar a trabalharem a qualquer hora e em qualquer dia para terem uma produção significativa e manterem equilibrado o orçamento familiar: “(...) a autonomia de uma atividade marcada pela necessidade é condenada a permanecer formal” (ROSENFELD, 2004, p.211).

A condição para acessar benefícios sociais que ajudam na conciliação trabalho-família e tentam minimizar a instabilidade, como o Salário-Maternidade³, é a formalidade da autônoma⁴. Apesar do processo intenso nos últimos anos que facilitava a formalização de autônomos, a informalidade e precarização ainda são a realidade de muitas trabalhadoras. As perdas da proteção social, que garantia no nível instrumental jurídico e ético-político que vulnerabilidades sociais não fossem ainda mais aprofundadas, está associada hoje a concepção de que o trabalhador deve assumir sua própria proteção, sendo esta resultado de sua capacidade de oferecer seu serviço. Assim, os prejuízos e os benefícios da flexibilidade agem diretamente sobre as subjetividades e modo de vida dos trabalhadores: “No regime flexível, as dificuldades cristalizam-se em um determinado ato, o ato de correr riscos” (SENNETT, 2012, p.84). Dessa forma, para a mulher pobre que é mãe, tendo em vista não apenas o dispêndio econômico característico dos primeiros anos de vida mas também a instabilidade do trabalho autônomo, saber que sua proteção e benefícios, como Salário-maternidade, dependem apenas dela a coloca em situação de desemparo.

No contexto macrossocial que impele à individualização, associado ao isolamento do trabalho reprodutivo constante que os filhos pequenos exigem das mães nos primeiros anos de vida, e as desigualdades do mundo do trabalho que pesam sobre mulheres, pretende-se explorar como ocorre a conciliação da dupla jornada para as trabalhadoras autônomas. Delineamos nosso recorte de pesquisa que contempla as mulheres que são mães de crianças de até dez anos de idade, que pertencem a classes populares, e que são trabalhadoras autônomas por representarem uma combinação que vivencia distintas instabilidades. Nossa hipótese centra-se na ideia de que a flexibilidade do trabalho de tipo autônomo apresenta singularidades positivas quando considerada a conciliação trabalho-família, mas que em algumas trajetórias o trabalho autônomo pode aprofundar

³ Salário-maternidade, de cento e vinte dias para trabalhadoras autônomas, é o benefício que possibilita estabilidade para os primeiros meses de vida da criança. A contribuição mínima (carência) é de dez meses para contribuinte individual. Dados de outubro de 2016. Fonte: Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/salario-maternidade/>>.

⁴ As mulheres autônomas formais têm direito à Previdência Social através da contribuição individual que define o autônomo como: “a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não”. Fonte: Lei 9.876 de 1999 que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9876.htm#art9>.

vulnerabilidades já existentes, devido à instabilidade econômica. Entendemos, também, que o desempenho de “dar conta” da dupla jornada é complexo, pois a flexibilidade pode ser insuficiente para a mulher que está sozinha exercendo as tarefas do trabalho produtivo e reprodutivo, implicando assim a mobilização de estratégias de conciliação.

Os temas da maternidade e do trabalho autônomo envolvem várias dimensões de análise. A diversidade de inserção complica a aproximação entre trabalho autônomo e precarização, e a definição apenas por indicadores de formalidade dessas trabalhadoras é insuficiente, em nossa abordagem. A realidade social e a autodeterminação do objeto empírico sobre os sentidos do trabalho e da maternidade serão analisados sob a perspectiva da intensificação das fragilidades. A instabilidade do trabalho autônomo, que para os sujeitos de classes populares significa uma forma de vulnerabilidade social, aliada ao trabalho reprodutivo resulta em fragilidades.

Esta pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro previamente elaborado (apêndice A). A construção do objeto empírico levou em conta, inicialmente, investigar o ponto mais frágil da conciliação que é a maternidade bem recente. Entretanto, encontramos dificuldades no acesso às mães autônomas com bebês. As mulheres que se disponibilizaram a participar da pesquisa têm filhos que já não são bebês e talvez por isso mais estáveis (em consideração às mães com bebês) no campo produtivo, o que nos levou a ampliar um pouco a margem do objeto empírico. Foram oito instituições procuradas ao longo de dois anos que poderiam levar ao empírico (como associações comunitárias, ONGs, escolas municipais, creches comunitárias), mas poucas se tornaram de fato vias de acesso. A dificuldade de obter informações das mães pode representar um dado sociológico importante, não só pelas limitações das mães em falar sobre sentidos da maternidade e trabalho (que entendemos ser assuntos delicados) como também o constrangimento que algumas instituições de cuidado das crianças demonstraram sobre a interação direta pesquisadora-entrevistada. Nessa pesquisa não aprofundaremos a raiz desses problemas de acesso às mães por não ser viável metodologicamente, mas percebemos um caminho interessante a ser percorrido posteriormente em outras pesquisas.

Nosso campo empírico é formado por sete entrevistas que foram realizadas por meio de instituições mediadoras. Estas instituições disponibilizaram seus espaços

para as entrevistas, as quais foram gravadas em áudio para posterior transcrição. Na ação solidária da paróquia santo Antônio no Partenon, foram realizadas cinco entrevistas entre abril e maio de 2017, com Beatriz, Joana, Vanessa, Raquel e Carla. Dentre estas, as quatro primeiras tem sua ocupação ligada ao artesanato, e Carla auxilia no brechó solidário da mesma instituição. Na escola Passarinho Dourado, no momento da entrada das crianças na escola municipal, em dezembro de 2016, foi realizada a entrevista da Adriana, que é instrutora de academia, e que se identifica como autônoma mas faz ressalvas quanto a flexibilização, pois tem horários fixos. A última entrevista, totalizando assim sete, ocorreu na sala da ocupação de mulheres Mirabal, em maio de 2017, com Luiza uma das fundadoras do movimento que busca moradia digna para mulheres e acolhe mulheres vítimas de diversas violências, no momento Luiza trabalha com bicos “freela” de cuidadora de um bebê de dois anos e também bicos de faxinas. As identidades reais das entrevistadas foram preservadas.

O trabalho está dividido em dois capítulos: primeiramente no capítulo mais teórico, discutimos o paradigma flexível sob a perspectiva do conceito de desfiliação de Robert Castel, que entende esse processo como um enfraquecimento dos laços sociais e da fragilização da inserção social via trabalho. Trazemos a contribuição de Castel para pensar também o processo de precarização, situando na realidade social brasileira. Após esse breve panorama sobre o mundo do trabalho, discutimos a desigualdade de gênero e de classe mostrando que essas assimetrias tornam desigual o acesso aos capitais culturais, econômicos e sociais. Entretanto, apesar das desigualdades estruturais do sistema econômico, de estratificação social e do patriarcado as trabalhadoras autônomas possuem margem de agência para buscar uma vida melhor, que perpassa a criação de suas próprias estratégias, e o sucesso da dupla jornada. No segundo capítulo apresentamos os dados empíricos, baseados nos trechos das entrevistas realizadas. Analisamos a dupla jornada a partir de três eixos: as configurações sobre o trabalho autônomo, os sentidos da maternidade, e as estratégias e suas significações. Para tanto utilizamos duas categorias de análise, a saber, a flexibilidade positiva e a flexibilidade negativa.

2 TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO

A flexibilidade no trabalho produtivo alterou o mundo do trabalho tanto no sentido negativo de uma ampliação da tendência à precarização⁵, quanto positivo de ampliação de singularidades e autonomia no âmbito do trabalho. A flexibilidade — em contraposição a ideia de um trabalho mais fechado— tem possibilitado conciliação, principalmente para as mulheres, com a esfera privada. A mulher é relegada a dupla jornada, e o trabalho reprodutivo apesar de também ter valor socialmente útil, raramente é admitido no mesmo patamar do trabalho produtivo. Estando na esfera privada, o trabalho de cuidado dos filhos e trabalho doméstico faz parte de uma micropolítica que perpetua a organização social e que reproduz a cultura e a sociedade. A inconciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo evidencia que as mulheres mesmo tendo campo de possibilidades de modos de vida têm uma condição tácita atribuída a elas: são as responsáveis por ambos os trabalhos, em uma sociedade que dificilmente pensa sobre um melhor equilíbrio na dupla jornada.

2.1 Trabalho no Paradigma Flexível

O Capitalismo Flexível possibilitou novas formas de lidar com o trabalho. Até a década de 1980, a estabilidade no trabalho garantia a conquista de uma proteção social e significava um projeto de futuro para o indivíduo e para sua família, entretanto com a reestruturação produtiva esse modelo de sociedade salarial entra em crise (CASTEL, 2000). Esse novo paradigma que modificou as relações no mundo do trabalho, tem características como trabalhos temporários, mais instáveis e mais informais. As mudanças estruturais do capitalismo e do modo de produção interferem nas diversas esferas da vida do sujeito:

Mudanças verificadas no plano do emprego, da composição da força de trabalho, dos valores e das atitudes dos indivíduos em relação à esfera laboral, à família e à vida em geral (CASACA, 2005, p.62).

As novas subjetividades e o vazio de estabilidade— para alguns teóricos— seriam parte do processo de ruptura, em que o trabalho perderia a centralidade dos

⁵ A noção corrente de precarização tem como referência o afastamento do padrão de qualidade atingido na sociedade salarial. Em uma versão ampliada, é possível integrar indicadores de qualidade tais como rendimento, benefícios não salariais, proteção social (pensões, saúde, proteção do desemprego), risco de acidentes e doenças ocupacionais, oportunidades de qualificação profissional, entre outros (GALEAZZI, 2002, p.242).

modos de vida e atitudes sociais, que hoje estariam voltados à cultura do consumo, do valor simbólico e da distribuição dos recursos (CASACA, 2005, p.62).

Assiste-se, assim, a passagem da sociedade moderna para a pós-moderna, a uma deslocação da esfera produtiva, enquanto fonte estruturante das identidades, para a esfera do consumo, da transição da ética do trabalho para uma nova ética governada pelo ascetismo do consumo e pela posse de signos distintivos (CASACA, 2005, p.62).

O processo das mudanças no mundo do trabalho é um dos núcleos para compreender a nova dinâmica da sociedade de consumo pós-industrial. Frédric Jameson (1996) estuda a nova ordem social do capitalismo tardio, com o surgimento de um novo tipo de vida social e uma nova ordem econômica, em que é característico a perda de historicidade e das referências, e também a erosão dos coletivos. Ulrich Beck (2011) faz uma análise da sociedade pelo individualismo, ele entende que houve a individualização das classes sociais. Dessa maneira, o autor entende que conceito de classe não pode mais ser mais invocado apenas “como um conceito científico oposto à autocompreensão da sociedade” (BECK, 2011, p.130), por isso propõe ampliar um pouco o conceito de classe na pós modernidade:

No centro, situam-se a matriz estamental e a (auto)perceptibilidade social das classes, no sentido de grandes grupos realmente relacionados uns aos outros em sua atuação e em sua vida, grupos que se delimitam interiormente através de círculos de contato, de matrimônio e de ajuda mútua e que invariavelmente buscam e definem sua peculiaridade, consciente e vivenciada, em processos de atribuição recíproca de identidade com relação a outros grandes grupos (BECK, 2011, p.130).

Dado que a formação da identidade ocorre na relação com os outros, o trabalho assume ainda– apesar do debate sobre perda de sua centralidade– uma importante forma de sociabilidade, através da retribuição material e simbólica proporcionada pelo trabalho, o indivíduo pode obter reconhecimento social, construir e desconstruir sua identidade, se integrar na sociedade. Entretanto, pelo trabalho o indivíduo também é alienado, dominado e subjugado. Torna-se necessário perceber o envolvimento do indivíduo com seu trabalho, não de maneira determinante da qualidade dos seus vínculos sociais, mas como uma categoria essencial de manutenção e transformação, objetiva e subjetiva da vida das pessoas que se engendra em um processo complexo, pois, segundo Antunes (2009), desde Marx pode-se demonstrar que o trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza exterior, transforma a própria natureza humana:

[...] o trabalho é expressão viva da contradição entre positividade e negatividade, uma vez que, dependendo dos modos de vida, da produção e

da reprodução social, o ato laborativo pode tanto criar como subordinar, tanto humanizar como aviltar. É tanto instrumento de liberação como fonte de escravidão. Pode tanto emancipar como alienar. Isso depende essencialmente da forma como são plasmadas as relações de produção (ANTUNES,2009,p.265).

A quebra da sociedade salarial abriu espaço para um processo de individuação, essencialmente ligado à competitividade e ameaça à coletividade. Robert Castel entende a “problemática da integração ou da anomia” (CASTEL, 2013, p.23) como situações de dissociação, onde a falta de consciência e ação coletiva tornaram-se um novo dado contemporâneo, sendo este “a presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (*idem*).

Da mesma forma que individualiza e prejudica a coesão social, a flexibilidade possibilita ao trabalhador ter mais autonomia do seu percurso de vida. O mercado de trabalho ainda tem como alicerce o ideal de eficiência, que é moldado hoje na figura do “colaborador”, que é aquele trabalhador que se adapta bem a mudanças de horários, funções, salários e que produz regularmente com o máximo de otimização. O trabalhador hoje tem de ser “empregável”, ter características como flexibilidade e conectividade, na medida em que o tempo de vida e o tempo de trabalho se misturam na contemporaneidade.

Explica-se pelo ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões (DRUCK, 2011, p.47).

Os novos contratos por tempo determinado, tempo parcial e trabalho autônomo são a realidade do novo paradigma Flexível, na medida em que o assalariamento deixa de ser a regra (GALEAZZI, 2007). A reestruturação produtiva reconfigura a própria classe trabalhadora, pois tem se constituído em um “processo destrutivo” que elimina os postos de trabalho, aumentando o número de desempregados e excluindo milhões de trabalhadores e trabalhadoras (ARAÚJO, 2007, p.1). Nesse sentido, as mudanças nas condições de trabalho tendem a excluir mais que incluir, em um processo de precarização.

O que se recusa é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante, que não pode servir de base à projeção de um futuro controlável. Essa maneira de habitar o mundo social

impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente (CASTEL, 2013, p.529).

Para Robert Castel (2013), é pelo trabalho que as pessoas se inserem na sociedade. A fratura da sociedade salarial coloca em risco a coesão social, tendo em vista que a vulnerabilidade se dá pela fragilidade do vínculo social e através da não inserção do sujeito no mercado de trabalho, que o autor conceitua como desfiliação.

A partir da perspectiva da precarização do trabalho como processo central da nova questão social, Castel (2013) compara as proteções conquistadas nas condições salariais e nos Direitos Sociais durante o Estado de bem-estar europeu, com o processo de reestruturação produtiva que retirou do Estado o papel de regular as relações mercado-trabalho. Robert Castel constrói a problemática da nova questão afirmando que as crises no mundo do trabalho, as reestruturações no modo de produzir a vida material, e a maneira de regular o mercado têm consequências que não ficam restritas às esferas econômicas e produtivas.

A ética da solidariedade e da identidade coletiva é substituída pela ética da eficiência, que mina a assistência a grupos excluídos, porque os supranumerários inempregáveis, que não são úteis ao capitalismo tornam-se desterritorializados e não tendo nenhum estado, não poderiam usufruir de nenhuma proteção (CASTEL, 2013, p.119). O trabalho torna-se fonte de toda riqueza, e para ser socialmente útil, o indivíduo deve se colocar dentro da lei das trocas sociais, e o trabalho deve ser reorganizado dentro da nova economia política (*ibidem*, p.213).

O Individualismo negativo é o isolamento de quem está nas franjas, próximos às fragilidades da estrutura social, aonde não chega estrutura do estado ou é mais limitado, “como se estivessem enclausurados na margem, depois que a corrente das trocas produtivas se desviou deles” (*ibidem*, p.32). Para Castel o indivíduo nesse contexto deixa de ser coletivo –e torna-se um indivíduo não-social –, pois só “pertencem a si mesmos”. A partir da situação dos “vagabundos” da sociedade pré-industrial, Robert Castel (2013, p.603) conceitua o individualismo negativo, até a sua metamorfose no Capitalismo Flexível atual quando todas as esferas da vida dos sujeitos se tornam flexíveis: “todas as regulações que comandam a integração do indivíduo em seus respectivos papéis, tanto familiares quanto sociais, tornaram-se mais flexíveis” (*ibidem*, p.572).

“O social” consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos

trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto de dispositivos montados para promover sua integração (CASTEL, 2013, p.31).

Castel desenvolve um paradoxo, pois na medida em que os desfiliaados devem se integrar para superar a exclusão, ao mesmo tempo há o individualismo negativo metamorfoseado na atual sociedade, que “desagrega o enquadramento coletivo” (GAUCHET *apud* CASTEL, 2013, p.603). Nesse sentido esses novos tipos de trabalho podem ser concebidos tanto como o segmento de absorção do excedente da força de trabalho, mas também como um caminho de passagem para a modernidade onde o trabalhador pode ser visto como “um empreendedor que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente frente ao trabalho assalariado” (GALEAZZI, 2007, p.88).

Na medida em que o cenário econômico passa a ser ocupado pelos “fundamentalistas do mercado”, a rede de proteção social aos mais pobres vai sendo desmontada, seja nos países desenvolvidos, onde ela mais avançou, seja nos países subdesenvolvidos, onde ainda se encontrava nos estágios iniciais (PEREIRA, 1998, p.107).

O desenvolvimento industrial, a coesão das leis trabalhistas e a ideia de coletivo forte e integrado não foram totalmente transferidos para o caso brasileiro. Pensar a teoria de Castel – que é alicerçada sobre a sociedade francesa – na realidade brasileira, que é mais precarizada por não ter tido a experiência de estabilidade do Estado de Bem Estar Social e também pelo modelo Flexível ser baseado na tecnologia da informação, mais limitada no Brasil, requer considerar as particularidades do cenário nacional.

O desemprego é uma questão estrutural que se coloca de maneira evidente quando pensamos as singularidades do trabalho no Brasil. As relações industriais mais precárias do “fordismo à brasileira” (GUIMARÃES, 2002, p.112) deveu-se à trajetória de uma industrialização rápida que careceu de políticas de empregabilidade e investimento na qualificação da força de trabalho para se sustentar com a estrutura normativa do pós-fordismo. De acordo com Guimarães (2002), a cultura política brasileira não favoreceu a estabilidade das regras de negociação salarial e a inviolabilidade dos acordos trabalhistas, e nem houve o desenvolvimento compensatório de extensão de cidadania e proteção social, pois o trabalhador não “alcançou a sua centralidade como consumidor, sobre a qual se assentaria a produção em massa” (GUIMARÃES, 2002, p.111). Essas

particularidades estruturais do caso brasileiro explicam a relação entre precarização do trabalho e a precarização social:

A reestruturação produtiva encontra-se, assim, às voltas com problemas sociais que afetam tanto os “sobreviventes” deste processo, quanto os que dele parecem excluídos (GUIMARÃES, 2002, p.111).

O paradigma flexível no Brasil se desenvolveu de modo incompleto, pois as normas da flexibilização têm como referência países que viveram a democratização de empregos, redistribuição material, e outras tentativas de dissolver as desigualdades. No Brasil, a precarização não ocorreu como um processo advindo apenas da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho, como foi somado aos problemas da estrutura social. A precarização no Brasil está relacionada também às desigualdades. A ideia de que bastava o sujeito ter uma inserção sólida no trabalho para combater as vulnerabilidades não faz tanto sentido na realidade brasileira porque há injustiças inclusive nas oportunidades para entrar no mercado de trabalho, e para manter-se no posto conquistado. Pensar as desigualdades no âmbito do trabalho requer fazer um recorte de gênero e analisar como o âmbito privado demarcou o trabalho produtivo como universalmente masculino, sem levar em conta questões caras às mulheres.

O capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentavam no mundo privado (MÉNDEZ, 2011, p.52).

2.2 Desigualdades na perspectiva de gênero

No debate sobre o paradigma flexível é necessário também situar que historicamente as mulheres estiveram à parte do trabalho produtivo, com poucos direitos sociais sobrando a ela apenas o âmbito privado. Devemos lembrar também que apesar da mulher branca de classe média entrar massivamente no mercado de trabalho desde os anos 1970, as mulheres negras e pobres sempre estiveram no trabalho para subsistência de suas famílias. O trabalho no paradigma flexível, apesar de conter novas modalidades, ainda é marcado pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e de geração (ARAÚJO, 2007, p.1), atingindo particularmente as mulheres pobres e reforçando antigas formas de segregação, que permanecem latentes no Brasil.

No quadro de desgaste das relações de trabalho, massificação do desemprego e aumento da informalidade, alia-se a isso a crescente feminização das ocupações

pouco qualificadas e remuneradas, por tradição atribuídas às mulheres (CASACA, 2005, p.622). Não houve um reordenamento apenas do mercado de trabalho mas também das relações familiares, que tiveram efeitos na subjetividade das pessoas, de acordo com Sennett (2012).

[...] Se para os homens já deve estar sendo difícil mudar, dentro de sua condição genérica de trabalhador para a condição específica de trabalhador “livre”, para as mulheres então deve estar sendo mais difícil ainda, pois têm de dar um salto (as vezes mortal) da vida doméstica para a vida atribulada e agressiva do mercado, tornando-se diretamente trabalhadoras livres (ROLNIK, 2011, p.135).

A precarização do trabalho feminino relega às mulheres atividades monótonas, repetitivas e estressantes por elas apresentarem características como polivalência e multiatividade:

Na divisão sexual do trabalho [...] em geral as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e muitas vezes também aos[às] trabalhadores[as] imigrantes e negros[as]) (ANTUNES, 2009, p.256).

Essa precarização acompanha a desigualdade salarial, visto que o percentual de remuneração das mulheres é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino, ocorrendo o mesmo no que concerne aos direitos e às condições de trabalho (ANTUNES, 2009, p.256). A desigualdade permanece significativa na RMPA: as mulheres recebem 79,8%⁶ em relação aos rendimentos masculinos. Esse quadro é resultante tanto da hierarquização – as mulheres recebem remuneração menor que os homens realizando a mesma função, quanto da divisão do trabalho que separa às mulheres trabalhos mais precários. Esse princípio universal é encontrado em todas as sociedades: de separação de trabalhos de homens e mulheres; e da hierarquização que um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599).

A entrada significativa da mulher no mercado de trabalho e na esfera pública não foi acompanhada de maior equidade na divisão de tarefas domésticas e do trabalho reprodutivo na esfera privada, mesmo com as profundas transformações no mundo do trabalho e nas dinâmicas familiares. Hirata e Kergoat (2007, p.597) falam sobre um sistema de gênero em que “tudo muda, mas nada muda”. Na

⁶ Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. FEE: A inserção da mulher no mercado de Trabalho da RMPA. Março de 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2016/03/20160303ped-mulher-e-trabalho-2016.pdf>>.

compreensão das autoras alguns grupos exercem poder sobre os outros, inclusive na desigualdade do trabalho doméstico. A substituição do “modelo de conciliação” trabalho-família para o “modelo de delegação” aumenta a distância e polarização entre as mulheres, pois o aumento da inserção feminina nas categorias de trabalho de níveis superior delega a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares, resultando em precarização do trabalho de babás, empregadas domésticas e cuidadoras, pois elas também realizam delegação do trabalho doméstico e familiar, mas com consequências bem diferentes sobre as vivências dessas mulheres e de seus filhos (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.605).

A terceirização, segundo Druck (2011, p.47), corresponde ao extremo das exigências do modelo flexível, e parte da externalização da produção como garantia de produtividade e redução dos custos. Esse fenômeno deve ser analisado pela perspectiva de gênero, pois é em grande parte resultado das ondas de demissões a partir da década de 1990 no Brasil que fizeram os trabalhadores, principalmente mulheres que estavam inseridas na indústria, migrarem para as “terceiras”, onde “são jogadas na informalidade, perdem direitos trabalhistas e realizam uma dupla jornada no mesmo local e em condições precárias” (ARAÚJO, 2007, p.11), e assim, dificilmente contam com mecanismos de proteção que limitem a superexploração. A subcontratação e o “assalariamento disfarçado” (ARAÚJO & FERREIRA, 2009, p.145) são vínculos informais em que a continuidade do trabalho depende das encomendas, trabalho este realizado em pequenas fábricas ou em domicílio, e predominantemente feminino. A subcontratação de trabalhadoras, prática cada vez mais recorrente, potencializa a exclusão de gênero, que historicamente delegam às mulheres funções mais desqualificadas, repetitivas e destituídas de conteúdo.

(...) a introdução de elementos de um novo paradigma produtivo tem exposto as trabalhadoras a uma carga maior de responsabilidade e de cobrança por produção, além do aumento dos níveis de tensão nos ambientes de trabalho (ARAÚJO, 2007, p.13).

A divisão sexual do Trabalho é uma prática social que opera tanto no mercado de trabalho quanto na família, pois separa, designa e hierarquiza as atividades de acordo com o gênero (HIRATA & KERGOAT, 2007). A partir de diferenças de origem biológica, o trabalho reprodutivo é a projeção do que seria típico da mulher – considerando a complementaridade de papéis entre sexos – e constrói uma condição feminina baseada na reprodução da vida e da cultura, que a prolonga aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos. Essa extensão do

trabalho reprodutivo faz parte de uma economia invisível permanentemente desvalorizada, fundamentada em desigualdades e naturalizada dentro da estrutura social hierarquizada. Essa questão recentemente ganha destaque por ser uma pauta histórica na luta feminista que busca reconhecimento do trabalho de reprodução social:

(...) a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de “trabalhadores/as” (...) enquanto força de trabalho para o capital (PENA *apud* NOGUEIRA, 2010, p.59).

A entrada no mercado de trabalho propiciou à mulher um status superior, mas conjuntamente com a “onerosa sobrecarga do duplo papel, congregando tanto o papel de provedora como o de responsável pelos cuidados domésticos, além de ser também a mantenedora dos vínculos afetivos familiares” (FORNA *apud* AZEVEDO & ARRAIS, 2006, p.274). A mistura do trabalho produtivo e reprodutivo não possui um caráter conciliatório, mas conflituoso, por isso combinar vida privada e o trabalho é complicado especialmente para a mulher contemporânea, pois a esfera profissional da mulher é contaminada pela esfera familiar.

As desigualdades de gênero estendem-se incisivamente nas ações dentro do âmbito privado e público, da mesma maneira que cobra das mulheres características “inatas” que as fariam conciliar naturalmente os papéis variados, criando uma dupla opressão, pois a mulher que se mostrar descontente com as exigências que a sobrecarregam parece estar recusando sua natureza feminina.

Há duas funções fundamentais da família, que permanecem mesmo com o advento da industrialização, e onde a mulher tem papel ativo: a função produtora da família atrelada ao consumo, quando a soma de rendimentos do grupo se revela como uma unidade de produção doméstica; e a função socializadora, com a formação e educação dos indivíduos que nascem no grupo familiar (BRUSCHINI & RIDENTI, 1994, p.32). As mulheres, dentro da divisão sexual do trabalho, também são encarregadas, a partir de sua natureza biológica, a suprir após a gravidez todas as necessidades dos filhos, material e subjetivamente. Esse período de exclusividade, do nascimento aos seis anos quando a criança já pode frequentar a escola, seria o de maior responsabilização da mulher em relação aos filhos. A gravidez e tornar-se mãe são períodos críticos (AZEVEDO & ARRAIS, 2006, p.269),

pois vários reajustamentos podem desequilibrar a vida familiar, ao passo que as mães são cobradas socialmente a demonstrar sua “vocação maternal instintiva” ao equilibrar a dupla jornada — na qual deveria obter o duplo êxito — sendo que a realidade não corresponde a esse mito. Calcado em crenças inatacáveis, o “mito da boa mãe”, segundo o qual a mulher deve ser “capaz de enormes sacrifícios, entre eles ser amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina em tempo integral” (*ibidem*, 2006, p.269), acaba colocando a maternidade como um ideal inalcançável, e dificulta ainda mais o processo de reinserção no mercado de trabalho dessas mulheres.

O sentimento de não se sentir capaz de cuidar da crianç a sozinha e de se sentir pouco apoiada pelo companheiro e familiares é comum, pois a maioria das mulheres não está preparada para lidar com a carga de responsabilidades que “tornar-se mãe” acarreta (SOUSA *et. al.*, 2011). As mulheres que estão mais seguras e estáveis no trabalho e com uma estrutura familiar mais sólida se sentem mais preparadas psicológica, econômica e socialmente para enfrentar o desafio da dupla jornada, pois podem mobilizar mais vínculos. Então, percebemos que a questão de classe é um fator essencial para pensar a dupla jornada, pois se irradia sobre as relações sociais, a forma que a mulher se integra socialmente, quais os sentidos do trabalho, e o próprio sentido sobre a maternidade.

2.3 Desigualdades na perspectiva de classe

A posição no estrato social orienta como os indivíduos buscam seus recursos: nas diferentes classes sociais as relações de poder que se constituem, as perspectivas e atribuição de sentido sobre o trabalho são distintas. O que permite vender seu trabalho   o saber-fazer, são habilidades técnicas, manuais ou intelectuais que formam e qualificam as pessoas para determinadas atividades. Essas habilidades também determinam a qualidade dos postos de trabalho, possibilitando aos sujeitos angariar trabalhos mais decentes ou mais precários.

Contudo, “tampouco pode se pensar na autonomia absoluta que a população possa ter na escolha consciente dos meios para sua subsistência” (GUTIÉRREZ, 2005, p.17), de maneira que a escolaridade e acesso a educação e qualificação são determinantes no poder de escolha dos sujeitos dentro do mundo do trabalho. Principalmente no trabalho autônomo, alguns ideais empreendedores são seguidos

como forma de alcançar sucesso: a adaptabilidade do trabalhador a fim de sobreviver no mercado de trabalho demonstrando “abraçar as mudanças”, resiliência e criatividade perante obstáculos; cuidar de sua imagem e como “se apresentar” visto que o autônomo que faz sua clientela; a ideia de planejar e estudar o mercado também aparecem como princípios basilares na busca por sucesso, mas com isso é necessário haver também estrutura mínima de condições e uma segurança do presente para que se possa pensar em planos futuros.

Atitudes em relação à renda, risco e independência mudam com a idade e também podem ser influenciadas pelo nível de educação e o acesso a recursos (TREMBLAY, 2008, p.164, tradução nossa).

Em que pese a responsabilização do sujeito dentro do paradigma flexível, o sucesso parece resultar apenas do esforço e do “dom” empreendedor que alguns indivíduos possuiriam, e o fracasso na atividade autônoma seria decorrente da falta destas qualidades. É importante perceber que a flexibilização não se estende a todas as classes como um potencial de dinamismo e experimentação profissional, e os riscos também são percebidos de formas diferentes.

No contexto de precarização e da pouca proteção social que possa prevenir os indivíduos desassistidos, as estratégias de sobrevivência se referem não apenas ao trabalhador e a reprodução simples de sua força de trabalho, mas a todo seu agregado familiar (GUTIÉRREZ, 2005, p.18). A desigualdade de classes interfere na qualidade de vida e nas condições da dupla jornada para as mulheres e crianças:

Essa desigualdade se reflete nas condições de reprodução da pobreza e de baixa qualidade de vida, especialmente entre mulheres jovens com filhos pequenos, e se combina a outros fatores, como a carência de serviços de proteção à maternidade e o número ainda reduzido de creches e pré-escolas (MARTINS, 2013, p.7).

A busca por estratégias é consequência da macroestrutura, ou seja, o modo de produzir a vida material e modelo de desenvolvimento; e dos fatores da microestrutura da unidade doméstica e das dinâmicas familiares (*ibidem*, p.19). Nesse sentido, há criação de estratégias pela desassistência da macroestrutura de pensar e suprir as demandas dos sujeitos —não apenas as mulheres sofrem com desigualdades de gênero, e não apenas mulheres sofrem com enfraquecimento da inserção social pelo trabalho— como também no nível da microestrutura dos lares, o cuidado com filhos e a casa como sendo papel feminino é reproduzido constantemente.

A fim de acessar recursos para reduzir insegurança e melhorar a situação periférica em relação à estrutura social, as estratégias estão relacionadas à exploração e manutenção de recursos e às redes de agrupamento e mobilização de “relações interpessoais capazes de captar recursos estratégicos, incluindo informação” (*ibidem*, p.21). Gutiérrez (2005, p.31) não exclui a possibilidade de escolhas racionalizadas pelos agentes sociais, pois possuem “sua capacidade de invenção e improviso diante de situações novas”. Portanto a mobilização das estratégias não é uma mera reprodução, há margem de escolha nas decisões dos atores sociais. Desenvolver a discussão sobre estratégias de sobrevivência requer definir questões de classe. Pensar nessas estratégias apenas como satisfação das necessidades básicas priorizando o consumo é insuficiente, e a autora alerta que esse tipo de perspectiva pode levar ao reducionismo do que é mobilizar estratégias para uma vida melhor.

Os novos padrões de absorção da força de trabalho redefiniram arranjos familiares, nos quais as mulheres vêm ocupando uma posição de referência na família, devido à contribuição feminina ser cada vez mais significativa na renda familiar (MONTALI, 2003). Ao mesmo tempo em que são vistas como frágeis, estão ao lado dos homens garantindo a sobrevivência da família (MÉNDEZ, 2011 p.53), e enfrentam as assimetrias nas oportunidades de trabalho, assimetrias salariais, assimetria de carga horária no trabalho doméstico, assimetria na responsabilização dos papéis de gênero, e a desconfiança do mercado de trabalho para com as mães com filhos pequenos.

Entretanto, conquistar espaço no mercado de trabalho, que mantém exigência de dinamismo e prioridade ao trabalho produtivo, não só restringe as oportunidades de entrada para as trabalhadoras-mães, como dificulta muito a compatibilidade com o trabalho reprodutivo, e que é a realidade da maioria das mulheres brasileiras:

(...) a grande maioria não tem esse poder de decisão, devendo se submeter às oportunidades de trabalho existentes e aos horários por elas definidos (DEDECCA, 2008, p.282).

Alguns indicadores apontados por Miriam de Toni e Sheila Stenberg (2015) demonstram a tendência a melhores condições de inserção do trabalho feminino, como: o rendimento médio das mulheres ter crescido 13,5% de 1999 a 2013, reportar alto nível de escolaridade (55, 2% das mulheres tinham ensino médio completo e 14,2% ensino superior), o aumento das assalariadas no setor privado

com carteira assinada que correspondiam a 50,3 % das mulheres ocupadas etc. Entretanto, as autoras utilizaram como referência os dados da PED- RMPA até 2013, nesse sentido é importante pontuar que nos anos subsequentes houve mudanças econômicas e políticas que alteraram significativamente a configuração social. O recente aumento da taxa de desemprego das mulheres da RMPA⁷ e a redução do rendimento médio, advinda da queda nos serviços e no comércio, fazem ressurgir um cenário que caminha na contramão do processo de consolidação de trabalhos dignos para as mulheres. Esse mesmo cenário pode acentuar a busca por sobrevivência por meio de trabalhos de qualquer natureza, inclusive se deslocando para categorias profissionais diferentes, ou até mesmo a informalidade (ARAÚJO & FERREIRA, 2009, p.148).

Nesse sentido, o trabalho flexível pode se constituir como única opção viável, principalmente quando os indivíduos passam por longos períodos de desemprego (MOORE & MULLER *apud* TREMBLAY & GENIN, 2008, p.163). Este está dentro do fenômeno comum de formas atípicas de trabalho, quando em referência ao emprego assalariado (GUIMARÃES, 2002).

Dessa maneira, o trabalho autônomo pode ser uma alternativa — em alguns casos a única forma de se inserir no mundo do trabalho — e contribuir na renda familiar, a fim de atenuar o empobrecimento e mitigar os impactos da precarização e desemprego. Nesse ponto a flexibilidade de horários, do espaço de trabalho, ritmo de produzir ou prestar serviço podem engendrar uma melhora na qualidade de vida das mulheres que querem trabalhar e querem conciliar mais de perto as duas esferas.

Nossa pesquisa investiga empiricamente as estratégias das mulheres de classes populares nessa realidade social: do trabalho autônomo — em diferentes níveis de flexibilidade— e do trabalho reprodutivo, de cuidado e educação dos filhos e manutenção dos lares. Para Alicia Gutiérrez (2005), a compreensão, que é compartilhada por nós, das estratégias de sobrevivência deve levar em conta como os sujeitos se percebem na posição ocupada dentro da estrutura social, como a significam e quais valores sociais são envolvidos nessas estratégias.

⁷ Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. FEE: A inserção da mulher no mercado de Trabalho da RMPA. Março de 2016. Disponível em:<<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2016/03/20160303ped-mulher-e-trabalho-2016.pdf>>.

2.4 Assimetrias e Agência

Pensar em como as desigualdades estruturais, de gênero e classe, colocam sobre as mulheres restrições de participar como igual na vida social requer pensar também como as mulheres refletem sobre essas assimetrias. Essas restrições não são recebidas passivamente, a forma como lidam com desigualdades pode dar pistas sobre como mobilizam as estratégias.

Nesse sentido, a agência dos sujeitos e o exercício de reflexividade se relacionam com as circunstâncias sociais em que os sujeitos estão inseridos e nos recursos que têm acesso, e apesar da existência das assimetrias, a capacidade de agência pode influenciar as condições externas em que são realizadas as ações (PENNA, 2012, p.199). As desigualdades estruturais como classe e gênero, podem determinar as decisões, mas “as coações não são propriedades inscritas de maneira irreversível nos agentes e em seus hábitos corporais, que determinam suas condutas em todas as circunstâncias” (*ibidem*, p.200).

O universo social é o princípio de coordenação da ação e influencia a capacidade dos indivíduos agirem, ele integra as relações de poder e dominação que as pessoas estão sujeitas, e posiciona indivíduos no arranjo social a partir dos papéis desempenhados, visto que a estrutura é estratificada em classes, com assimetrias e desigualdades que dificultam o acesso aos recursos. Entretanto esse lugar de posição não é fixo: há movimento em uma dinâmica em que os sujeitos buscam estratégias e possibilidades de mobilidade social, com poder de criatividade e reação, de modo que a estrutura não é recebida passivamente nos indivíduos, e muda conforme os contextos em que os sujeitos atuam.

Nesse sentido, Penna (2012) afirma que o modelo de Boltanski entende as assimetrias como injustiças que causam constrangimentos, mas que há margem de manobra e livre-arbítrio, podendo os sujeitos mobilizarem (e se apoiarem) sobre dispositivos necessários para se ajustar às situações. Este modelo deve ser visualizado a partir de ações e interações entre pessoas em atividade corriqueira, pois o movimento entre agência e estrutura ocorre no nível da experiência individual, da biografia, da auto-organização, e como os sujeitos se mobilizam.

É a partir da utilização reflexiva e crítica destas convenções que os agentes envolvidos são capazes de construir justificações legítimas no processo de disputa. Neste modelo de sociologia, todos os indivíduos têm competência para identificar estas convenções e adequar reflexivamente suas ações a elas (PENNA, 2012, p.199).

Para a autora, a teoria de Boltanski se refere aos momentos de disputa em que os atores sociais precisam justificar suas ações, em que o discurso tem papel particular. É interessante extrair dos modelos de disputa o reconhecimento das capacidades reflexivas dos sujeitos, que podem agir criticamente sobre problemas e conflitos. É importante também situar as condições mais subjetivas da crítica na vida prática, ou seja, mesmo com as restrições estruturais há margem das habilidades e competências de produzirem críticas que podem configurar novos processos de disputa por recursos, ou de reconhecimento.

A margem do sistema capitalista faz com que os excluídos e desfilados não têm acesso a participar dignamente da vida social. A liberdade para os sujeitos se mobilizarem a fim de seus interesses e desejos, só é possível quando não há mais a urgente busca por sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho é um dos fatores básicos de inserção na estrutura, visto que:

(...) o trabalho assegura direitos, dá acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução, e até mesmo, a partir de 1936, lazer (CASTEL, 2013, p.416).

Mais recentemente o caráter do Capitalismo Flexível influenciou a realidade social nas condições práticas de existência, pois as mudanças no mundo do trabalho, como a intensificação da precarização e do individualismo, alteram os fatores de inserção na sociedade e da coesão social.

Fundamental para os sujeitos se inserirem de forma democrática na vida social é possibilitar condições mínimas. Em uma sociedade com estrutura desigual, os direitos sociais tentam reparar essas assimetrias, e apesar da sociedade brasileira não ter vivido as conquistas do estado de bem-estar social e da sociedade salarial de Robert Castel, é ainda hoje o que define o modelo de políticas sociais que melhor distribuem os recursos. Recursos são capitais econômicos, sociais e culturais os quais são distribuídos de maneira desigual, que se mostrando escassos, as pessoas se mobilizam para buscá-los, pretendendo assim uma vida mais digna. Há também recursos subjetivos próprios do indivíduo de autorrealização e reflexividade. No campo de nosso objeto empírico, há busca por uma vida digna, mas as estratégias da dupla jornada vão perpassar a conciliação com os filhos e trabalho reprodutivo, e uma busca por estratégias que amenizam instabilidade do trabalho no paradigma flexível.

3 DUPLA JORNADA

As várias mudanças decorrentes da reestruturação produtiva vêm interferindo em todas as esferas da vida do sujeito, principalmente familiar e social. Como possibilidade de exercer mais livremente os dois papéis, o trabalho autônomo e a questão de ser dono de si e de suas próprias escolhas faria a mulher conciliar melhor a dupla jornada. Entretanto, a jornada flexível também carrega conflitos, não é uma conciliação perfeita, por mais que o trabalho autônomo possibilite a conciliação mais próxima, a mulher tem estratégias e concessões para que essa dupla dê certo, e que haja autonomia para conciliá-los da forma que melhor julga.

Para analisar nosso campo empírico, criamos três categorias principais para entender melhor a dupla jornada das autônomas: a flexibilidade positiva, a flexibilidade negativa, e as significações sobre os dois trabalhos. A flexibilidade positiva é definida pela margem de autonomia de horários, de espaço de trabalho, ritmo da produção (ou prestação do serviço), ou seja as características do trabalho autônomo que fariam a mulher conciliar seu trabalho com questões privadas. A flexibilidade negativa é definida pelos prejuízos de ser “dona de si”, tanto se refere à perda da proteção social e o não acesso aos direitos sociais, quanto pela instabilidade da demanda. A última categoria compreende as significações e criação de estratégias que buscam conciliar esses dois trabalhos, e busca também diminuir os riscos da instabilidade, que é um tipo de vulnerabilidade.

O objeto empírico é apresentado inicialmente nesta tabela de forma a mostrar o panorama de diversidade do trabalho autônomo e das trajetórias de vida, dados estes advindos das entrevistas.

Tabela 1 - Entrevistadas

Nome	Idade	Filhos	Estado civil	Ocupação	Tipo de trabalho autônomo	Estratégias
Adriana	37 anos	Menino 4 anos	Solteira	Instrutora de academia	Autônoma disfarçada tem mínimo de horas fixo e regularidade com contratante	Inversão de turnos no trabalho, e auxílio da mãe.

Beatriz	37 anos	Menina de 7 e menino de 5 anos	Casada	Artesã	Autônoma informal	Trabalha por encomendas e delimita data de entrega, trabalha turno que não estão em casa devido instrumentos perigosos.
Joana	45 anos	Menina 12 e menino 10 anos	Casada	Artesã MEI	Recentement e MEI, e aluga sala comercial com outras artesãs	Trabalha por encomenda, podendo levá-las para casa, tem auxílio do grupo de mães da escola.
Luiza	24 anos	Menina de 6 anos	Solteira	Bicos de faxina e babá	Autônoma informal	Conta com rede de mulheres da Ocupação para cuidado da filha e conseguir os bicos.
Vanessa	48 anos	Menina de 12 e menina de 10 anos	Solteira	Artesã	Autônoma informal	Turno da manhã para cuidados com filhos e casa. Trabalha à tarde e aos fins-de-semana.
Raquel	25 anos	Menino de 8 *, menino de 7 e menino de 11 meses	Casada	Bicos de faxina e artesã	Autônoma informal	Prioriza as vendas e serviços enquanto o pai das crianças cuida do trabalho reprodutivo.
Carla	29 anos	Menina de 15*, menina de 13 e menino de 3 anos	Solteira	Auxiliar na organização do brechó solidário	Tem regularidade com contratante, em troca do trabalho recebe ajuda mensal de cesta básica	Leva o filho menor para o trabalho, enquanto a filha está na escola. Não tem vínculo formal de trabalho até filha completar maioridade, devido ao benefício da família.

3.1 Trabalho Autônomo

Tendo em vista a amplitude do trabalho autônomo, separamos categorias operacionais para a análise, são elas: trajetória de trabalhos e relação com trabalho assalariado; e pontos de flexibilidade positiva e flexibilidade negativa. Dada a diversidade do trabalho autônomo, a autonomia de horários e flexibilidade de tempo se constituem referências importantes, na análise da dupla jornada sobre o nível de liberdade para gerenciar os dois trabalhos.

A precarização, no capitalismo flexível, se perpetua por todas formas de trabalho. Os trabalhadores autônomos e que trabalham com bicos, são os que mais percebem as condições precárias, de direitos e da instabilidade, principalmente os trabalhadores que estão no setor informal:

(...) o trabalhador, seja ele autônomo, dono ou trabalhador de negócio familiar, ou de micro unidade econômica, não usufrui nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado: férias, remuneração em períodos de parada do trabalho, descanso remunerado, seguro para o caso de ficar desempregado (ou extinção do negócio ou atividade), aposentadoria e outros. Todo e qualquer benefício desse tipo precisa ser financiado pelo próprio trabalhador. (GALEAZZI, 2002)

A tabela que segue detalha as condições variáveis dos trabalhos autônomos. A flexibilidade tem formas “ambíguas”, portanto é necessário tensionar as perdas e ganhos do trabalho flexível para compreender como podem influenciar as estratégias de conciliação das mães.

Percebemos que o trabalho autônomo está relacionado a uma vasta gama de histórias de vida e inserções. Historicamente é um tipo de trabalho de fácil acesso pelo próprio trabalhador investir sua força de trabalho, em um saber-fazer que não precisa de muita qualificação, e pode ser uma escolha para quem quer conciliar outros modos de trabalho, que não o assalariado, com a vida privada.

No campo empírico, a escolha do trabalho autônomo frente ao assalariado, foi escolha apenas da Joana. As outras entrevistadas demonstraram tanto uma aproximação de identidade com sua ocupação —no caso das artesãs— quanto a percepção de ser um trabalho momentâneo, e que podem vir a conquistar um trabalho mais estável.

Tabela 2 - Trabalho autônomo

Nomes	Ocupação	Trajetória	Flexibilidade positiva	Flexibilidade negativa
Adriana	Instrutora de academia	Predomina o trabalho autônomo devido à área	Não tem flexibilidade pois horários são fixos	Não tem instabilidade de demanda por ser autônoma disfarçada (chefe de família)
Beatriz	Artesã	Trabalho autônomo com intervalos de trabalho assalariado	Flexibilidade de tempo	Instabilidade da demanda
Joana	Artesã MEI	Experiência de contrato emergencial na área enfermagem por 6 anos	Flexibilidade de tempo	Instabilidade da demanda
Luiza	Bicos de faxina e babá	Predomina o trabalho autônomo aleatório	Flexibilidade de tempo	Instabilidade da demanda (chefe de família)
Vanessa	Artesã	Não se inseriu no mercado de trabalho depois do nascimento das filhas	Flexibilidade de tempo	Instabilidade da demanda (chefe de família)
Raquel	Bicos de faxina e artesã	Predomina o trabalho autônomo aleatório	Flexibilidade de tempo	Instabilidade da demanda (chefe de família)
Carla	Auxiliar na organização do brechó solidário	Predomina o trabalho autônomo aleatório	Não tem flexibilidade pois horários são fixos; possui flexibilidade de levar filho menor	Não tem instabilidade de demanda por ser autônoma disfarçada e possuir benefícios sociais (chefe de família)

Fonte: elaboração própria.

Percebemos que o trabalho flexível para as autônomas está relacionada à instabilidade. A falta de regularidade, mostra-se carregada de noções duplas, pois da mesma forma que a responsabilidade da confecção do trabalho ou do serviço é organizada de acordo com o momento que surge a demanda, há a questão de não ter segurança de quando aparecerá de novo, de lidar com a dúvida e a instabilidade financeira. Este aspecto negativo da flexibilidade é mais danoso no trabalho aleatório de bicos:

[...] tipo aparece serviços aí eu vou, não tem nada de ‘de quinze em quinze dias’. Porque também eu tô desempregada, daí eu faço os bicos né. Mas daí eu sei por exemplo, que se alguém me liga ‘ah tu pode vir tal dia’ daí eu consigo me organizar pra esse dia sabe, eu consigo me organizar bem, porque daí não tem essa coisa de ir toda hora e tal, isso é bom dos bicos... O problema é que nem sempre tem, entendeu? Daí sei lá, tu vai ter que pagar, agora eu tô aqui, mas se eu for pra outro lugar eu vou ter que pagar e aí tem que ter pra comida, pra essas coisas, e isso tem que ter garantido... E se não é garantido, como é que fica? Nem sempre vai ter faxina, ou sei lá a pessoa ‘ah esse mês eu não tenho’, ou ‘ah, não preciso’, daí tem isso assim. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

A instabilidade dos bicos pode fazer aparecer também o desejo por um trabalho mais estável, com mais garantias de sustento a longo prazo, o que o trabalho flexível não assegura às famílias:

[...] porque tá bem difícil, eu tô pagando aluguel só com faxina, com essas coisas e daí não é garantido né...Então seria bom (ter um trabalho estável), mas eu to levando. E o trabalho é muito bom porque me ajuda muito, daí a gente foca no trabalho. (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina)

Nesse sentido, a maneira como a autônoma dispõe seu trabalho também auxilia pensar sobre como as mulheres podem planejar a dupla jornada. O trabalho por encomendas parece ser um modo de trabalhar que busca maior garantia de retorno, visto que os pedidos são mais controlados, e que podem proporcionar mais liberdade na conciliação, como na fala de Vanessa sobre seu modelo de trabalho “que o que eu tenho é que qualquer hora eu posso fazer”, como a afirmação de Beatriz de que fim de semana ela “tira para os filhos”, e o trabalho desta forma possibilita isso:

É que assim, como eu trabalho por encomenda, eu não faço nada que não seja por encomenda. Eu não faço grandes quantidades pra vender, porque as minhas toalhas são personalizadas, e como elas são com o nome da criança, então só por encomenda. Então se o meu filho tá doente, e tu vir me encomendar eu vou te dizer: ‘olha no momento eu não posso, só posso te entregar, vamos supor, daqui uma semana, ou daqui três dias’. Eu que delimito a data de entrega. (BEATRIZ, artesã)

Dada a diversidade do trabalho autônomo, muitos contextos de vida não indicam a mesma flexibilidade como no caso das autônomas disfarçadas, pois mantêm horários fixos e regularidade com contratante:

Por isso que eu digo, é autônoma? É! É e também não é... Porque eu tenho horário, eu tenho compromisso de horário, e trabalho seis horas mínimo, meu fixo, porque depois eu faço mais horas. Mas eu trabalho seis horas diárias de segunda a sexta e sábado quatro horas... Então, é uma rotina tudo a mesma coisa, a única coisa é que eu não tenho os direitos que a carteira assinada dá. (ADRIANA, Instrutora de academia)

É importante salientar que mesmo a flexibilidade da trabalhadora que optou pelo trabalho autônomo frente à inserção assalariada, pensando nos filhos, também pesa uma limitação de sua autonomia, visto que o trabalho doméstico ainda é uma carga de responsabilidade grande para a mulher:

[...] porque daí eu me divido né, porque além de autônoma eu tenho o trabalho de casa. Amanhã eu trabalho em casa com eles, e na casa. Então eu largo eles na escola aí eu vou fazer minha atividade de autônoma. Essa é, é eu poder tá presente né na vida deles de maneira mais ativa. (JOANA, Artesã MEI)

O trabalho doméstico soma-se ao trabalho reprodutivo, e também está implicado na decisão. Nesse caso, de Joana, há uma ação deliberada e discutida no âmbito familiar; mas além de ser uma escolha não só do trabalho mas do modo de vida decorrente do tipo autônomo, a flexibilidade aparece também nas falas das entrevistadas como um caminho não decidido, que foi “diante do que tinha”:

Na verdade a academia é muito difícil, e são pouquíssimas que assinam carteira mesmo, Então, foi diante do que tinha. É aquela coisa, tu começa e daí... Vai! A gente acaba se acomodando um pouco também. (ADRIANA, Instrutora de academia)

Surge também no discurso de justificativa do trabalho autônomo a impossibilidade de se inserir no mercado de trabalho, após a maternidade:

Na época eu até trabalhava, trabalhava em casa de família, depois quando a primeira nasceu eu tive que sair né pra ficar cuidando delas, porque logo em seguida veio a outra porque elas tem um ano de diferença de idade, daí como eu fiquei cuidando das duas eu não arrumei mais trabalho, daí o que eu fiz: eu entrei no artesanato, entrei no mundo do artesanato. (VANESSA, Artesã)

Por outro lado, o trabalho produtivo envolvendo “dons”, como o artesanato, requer uma identificação com aquele trabalho manual. Beatriz, por exemplo, trabalha com artesanato desde os quinze anos, passando por diversas técnicas até chegar à renda específica que trabalha hoje, afirmando que se identifica muito com ela, e que outros trabalhos não possuem o mesmo sentido que atribui ao artesanato. Logo, há uma particularidade das entrevistadas que têm sua ocupação no artesanato, pois elas se apropriam do que produzem manualmente, é um produto criado por elas fruto de suas subjetividades e criatividade:

[...] Eu já trabalhei de carteira assinada, até... Eu vou e volto no caso. Trabalhei um ano, saí, depois trabalhei dois anos saí de novo, e não era assim... É que eu gosto muito de artesanato. Então eu vou trabalhar fora por opção, não porque eu goste. (BEATRIZ, Artesã)

A identificação com o trabalho, entretanto, não tende a ocorrer na mesma intensidade para quem trabalha aleatoriamente com bicos, talvez por serem temporários, pelos vínculos produzidos serem fracos, ou pela própria natureza do trabalho:

[...] aí eu trabalhei muito tempo com telemarketing, eu trabalhei como vendedora, recepcionista... Fiz bico de um monte de coisa, trabalhei em tudo. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

[...] com vinte e um anos que comecei a trabalhar com carteira assinada... eles já eram maior, foi meu primeiro emprego... Foi em lavanderia. Na verdade sempre fui (autônoma), eu trabalhei uma vez só de carteira assinada. Ah eu já vendi coisas pras vizinhas, ajudei minha mãe com faxina... (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina)

Há a realidade ainda de vulnerabilidade de trabalhos com bicos muito precários, pela falta de qualificação e pela restrição de assinar carteira devido a um benefício social, no caso de Carla. Nesse sentido, a trajetória dela revela um processo de exclusão em que a instabilidade era tanta que não tinha como manter as duas filhas, o que culmina na adoção de sua filha mais velha por outra mulher.

[...] Daí eu não tinha onde morar nem nada, tive que dar minha guria mais velha. Daí dei a minha mais velha e fiquei só com a minha mais nova...Aí eu catava lixo, limpava as casas, trocava faxina por comida, já limpei salão...Ai tudo! [...] A gente não pode assinar carteira, a gente vai no INPS e isso é que eles dizem né, não sei se é verdade que não pode assinar carteira, mas se a gente assina a gente perde o benefício do INPS. [...] pra mim não interessa, eu prefiro ficar com o mínimo do que crescer o olho e no fim não vou ficar com nada, porque se a gente perde é um sacrifício pra pegar de volta [...], não posso assinar carteira, se eu soubesse que eu fosse ficar num serviço mesmo mesmo mesmo, aí uma maravilha. [...] antigamente eu vinha só pra ajudar, como minha guria estuda aqui no colégio eu ficava ali na rua e ficava sem fazer nada, aí tinha uma mãe que ajudava aqui, e ela disse 'ah vai pra lá', ela me comentou 'te escreve lá' aí eu disse 'ah não tem como porque eu morava em viamão, tem sempre médico pras crianças, não tem como eu ficar fixa', aí esse ano que eu comecei a ficar fixa com eles, agora que ele é uma coisa assim certa. (CARLA, Auxiliar na organização do brechó solidário)

Significar o trabalho pela proteção das intempéries, e por possibilitar a presença do filho, que fica no espaço de trabalho dormindo em um pequeno colchão, pode indicar que a flexibilidade negativa, via uma remuneração por cesta básica, representa precariedade e falta de proteção social, da mesma forma que esse trabalho representa uma conciliação, mesmo que precária:

(o trabalho) é uma distração, é uma ajuda e um lugar pra mim ficar né...porque se eu vou ficar na frente, ali no sol e na chuva ali com ele, como vai ser? (CARLA, Auxiliar na organização do brechó solidário)

As jornadas de trabalho flexíveis mostram-se tão importantes para algumas mulheres, que optam pelo trabalho autônomo em vista de uma conciliação mais

harmoniosa, mesmo frente a oportunidades de outras inserções mais seguras, ou melhor remuneradas. Segundo Bruschini e Ridenti (2009, p.121), mesmo havendo todos os direitos assegurados, há muitos relatos de mulheres que abrem mão de bons empregos, devido às extensas jornadas, para ficar com os filhos pequenos ou para trabalhar como autônomas.

O que modificou foi essa dificuldade de conciliar o trabalho e a maternidade né. Então meu trabalho era enfermagem, ou seis horas ou doze horas. Quando eu fui mãe eu trabalhava oito horas, então era manhã e tarde. Então o que eu senti, aí aquela dedicação que tinha só pro trabalho, eu tinha que dividir né. O que mudou foi isso, essa aceitação. [...] Um pouco foi a situação econômica também, porque pra eu trabalhar as oito horas eu tenho que deixar meus filhos integralmente na escola né, então pra isso eu teria que ter empregada doméstica né, tinha a creche. E aí eu era no momento, na época né, eu era de contrato emergencial, porque eu trabalhei seis anos num contrato emergencial. E quando esse contrato terminou, eu tentei voltar pro mercado de trabalho, mas aí não era um valor né... Porque aí disseram 'vai pagar pra trabalhar?' Então eu fico com meus filhos né, optei pra ficar com eles. Porque não valia a pena o salário que eu ganhava pra trabalhar fora e deixar eles em cuidado de terceiros. (JOANA, artesã MEI)

A entrevistada reporta essa mudança de vida, devido às extensas jornadas e o stress decorrente da profissão do trabalho assalariado, que muda ao trabalhar de forma autônoma:

Hoje eu ainda não tenho uma renda complementar do meu trabalho. Então... mas a minha família me vê mais feliz em casa né, eu consigo atender melhor eles por não tá num trabalho estressante. (JOANA, artesã MEI)

O trabalho autônomo com flexibilidade de tempo permite às mulheres uma conciliação mais próxima dos filhos:

[...] o trabalho autônomo eu tô fazendo em casa, trabalho por conta né tem bem mais tempo pra quem tem filhos no caso né, Tem mais tempo pros filhos e tem mais como tu conciliar os dois, ou os três, os quatro, o que for... Eu digo: a casa, os filhos, o serviço com tudo junto, tem como tu dar um tempinho pra cada um. E eu acho interessante essa parte (VANESSA, Artesã).

Para tanto, a trabalhadora autônoma também deve assegurar que o produto ou serviço disponibilizado por ela tenha uma demanda efetiva, criando uma clientela que já conheça o seu trabalho, ou mostrá-lo de porta em porta:

Porque eu trabalho bastante com toalhas pra creche então eu vendo muito pra creche, eu já tenho uma boa clientela né, e é aquela coisa, a mãe encomenda mostra pra filha, mostra pra tia, pra prima e acaba toda a família encomendando também (BEATRIZ, Artesã).

No outro que eu fazia, a gente fazia feiras daí tinha uma renda certa assim, sabe? Agora não, agora é avulso, depende se tu conseguir vender ou não (VANESSA, Artesã).

Por enquanto to bem parada com minhas vendas... Por que as vezes é correria né, entrega, essas coisas, mas agora ta parado... é que eu sempre fui de correr atrás das coisas assim [...] bato até nas casas. Eu aperto até a campanha sabe, e eu vendo (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina).

Trabalhar como autônoma também requer mobilizar seu agregado familiar ou pessoas próximas— principalmente mulheres— como estratégias de obtenção de recursos, informações em vista da garantia do trabalho, assim como vamos ver a seguir, a delegação de algumas atividades a essas pessoas para a trabalhadora conciliar melhor a dupla jornada. Nessa fala analisada de Luiza devemos lembrar que a solidariedade e a extensão da rede tecida dentro da ocupação de mulheres Mirabal criam um ambiente singular, diferente da realidade das outras mulheres:

[...] agora eu tava desesperado porque tava desempregada, tava chateada e tal, não tava aparecendo bico nenhum e aí, as gurias sempre conversando comigo né, aí a gente fez até essa “central de serviço” e aí começou a bombar o serviço, e já me deu um ânimo... Aí já comecei a trabalhar de novo, já comecei a ganhar meu dinheiro sabe. Porque é isso, assim, qualquer coisa que eu tiver precisando eu posso comentar com elas que elas vão dá um jeito. Vão dá um jeito, nem que seja um pedaço de pão... Porque eu já passei fome já, foi horrível. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

Há diferença entre autonomias que escolhem trabalho como Joana, mesmo existindo a possibilidade de inserir em trabalho assalariado, para isso ela coloca de lado carreira profissional na enfermagem para se dedicar ao artesanato, diferentemente das outras mulheres possuem qualificação na área técnica, e trabalham aleatoriamente para sobreviver. Tem duas estratégias, no primeiro caso o trabalho autônomo se configura uma estratégia de conciliação visando a dupla jornada, nos casos das trabalhadoras de bicos se configura estratégia de sobrevivência para reprodução da família. Nos bicos, quando não uma relação de proximidade com o trabalho, os sentidos do trabalho se enfraquecem, não há muita estima frente aos bicos, o que aproxima na visão delas, a uma condição de desempregadas.

O trabalho autônomo, visto as diversas trajetórias, se define pela flexibilidade negativa como uma linha que une a todas : o trabalho autônomo no limite do objeto empírico se configura no negativo, no não acesso aos direitos e na instabilidade, de modo que o caráter positivo do autônomo não se aplica a todas e se diferencia com os contextos de vida.

Percebemos que algumas questões desenvolvidas nas falas destas mulheres são características da condição feminina, relacionada às desigualdades de gênero, e

universais às mulheres que estão na dupla jornada, podendo aparecer de forma até mais incisiva nas assalariadas, como o fato de não poder contar com ninguém para substituí-la no trabalho reprodutivo. Entretanto, a instabilidade prejudica a flexibilidade e liberdade das autônomas de classes populares, logo que a falta de uma renda estável vulnerabiliza ainda mais situações que beiram a exclusão, por não terem com quem contar, não disporem de capital, e ainda em muitos casos, serem chefes da família. Por conseguinte, a flexibilidade negativa aliada à situação das mulheres das classes baixas, constrói um cenário em que a instabilidade se soma a outros fatores que não estão relacionados diretamente ao trabalho autônomo.

Nesse sentido, é interessante problematizar a flexibilidade das mulheres dentro da estrutura marcada por papéis de gênero: a flexibilidade positiva emerge das possibilidades de estar junto aos filhos, poder vê-los crescer, poder trabalhar em casa, ou seja, flexibilidade de tempo e espaço para conciliar a dupla jornada; já a flexibilidade negativa aparece basicamente como sendo econômica, ou pela falta de demanda, ou por não ter uma renda padrão. Desse modo, como podemos falar em autonomia do trabalho flexível para as mulheres que têm a condição do trabalho reprodutivo? A autonomia tratada usualmente nas análises do mundo do trabalho tende a ser universalizante e masculina, ou seja, pouco levamos em consideração que a liberdade feminina é mais restrita que a os homens, pelos papéis de cuidado e manutenção do lar designados pela estrutura patriarcal. Assim sendo, estamos mobilizando uma autonomia mais limitada e fracionária quando referimo-nos as mulheres na dupla jornada.

3.2 Maternidade(s)

A maternidade não é algo universal, ela possui sentidos que se distinguem de acordo com o momento de vida do ciclo familiar e econômico. A maternidade também pode ser vista como uma construção com poder normativo de condutas, e do que se espera dos papéis desempenhados pelas mães:

Gerar e criar filhos equilibrados e saudáveis passa a ser social e culturalmente definido, também, como um projeto de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta (MEYER *apud* MOREIRA & NARDI, 2009, p.573).

Devemos problematizar o quanto esse papel é permanente, ou seja, da mãe exercer presença suficientemente boa na vida da criança ao longo de seu desenvolvimento até que ela possa participar e se integrar ativamente na sociedade, e o quanto esse mesmo papel está imbricado em uma invenção de amor maternal que deveria superar todas as condições adversas, e que não corresponde a complexidade de investimento subjetivo que as mães depositam nas crianças e no sentido de “ser mãe”.

As mulheres entrevistadas percebem o sentido da maternidade misturado com outras áreas. O que o campo empírico define como maternidade perpassa a relação mãe-filho, mas não só: como a dinâmica familiar acolhe a chegada dessa criança, como estava a situação econômica neste momento, e principalmente, as limitações das trajetórias que estavam sendo criadas (mesmo quando a gravidez foi desejada). A dificuldade de não trabalhar mais como antes da maternidade, as rupturas nas carreiras ou a impossibilidade de seguir uma devido à maternidade aparecem sendo o lado negativo da maternidade:

[...] Ah eu por ter sido desde jovem, saí da faculdade já trabalhando, eu tinha dois/três empregos, eu senti bastante assim quando deixei sabe da atividade assim, porque a gente sendo autônoma a gente tem mais, assim... é mais solidão né, não tem aquele círculo... e essa foi outra de eu procurar outras pessoas pra dividir o espaço né (agora ela aluga uma sala com outras artesãs). Então foi isso em relação a isso, pra gente ter relação. Dá uma sacudida na gente né, mas daí tu enxerga aquelas carinhas daí “tá né”... daí eu sempre digo, quanta mãe não tem essa dívida de poder estar cuidando dos filhos hoje em dia, com esse mundo corrido... Então quando me bate umas tristezas assim..., por **ah né não tô na ativa ,mas tô na ativa né**, daí eu... em seguida pensando nisso já se acha presenteada (JOANA, Artesã MEI).

Assim como todos os papéis sociais, há uma construção para aprender a lidar com o filho e o trabalho reprodutivo, que ocorre em um processo de relação e percepção das necessidades da criança:

[...] e tem muitas mulheres que estão largando (o trabalho), eu até acho... eu vim do interior né, eu até acho que via mais isso no interior... Mas também nunca achei que fosse algo ruim. Quando chegou a minha vez, acho que foi bem tranquila assim, mas claro que tudo que é mudança na vida da gente, até eu me acostumar com as tarefas de casa, porque quando eu trabalhei fora eu sempre tive alguém me ajudando. Aí demorou um pouquinho né... me desorganizava né, me atrapalhava com tempo, mas tem que ir deixando. Ah, é muito gratificante tá com eles assim, acompanhar eles. (JOANA, Artesã MEI)

Da mesma maneira que se mostra como um presente, a maternidade tem um lado de privação das liberdades, da autonomia da mulher. Como a mulher é

responsável por outro ser, que é desamparado, requer atenção, cuidado, alimentação e educação, a integração dela na sociedade está muito fundamentada no papel de mãe:

[...] não é nem só o trabalho, vou te falar...Eu trabalho, estudo, tenho filho e milito...Então são quatro jornadas! E é difícil sabe, porque ela cobra muito tempo, claro porque ela sente...Por exemplo eu tô toda hora em reunião, que nem agora, hoje eu tava sozinha e fiquei o tempo todo aqui, claro agora ela tá na escola, mas se ela tivesse aqui ela ia tá o tempo todo batendo na porta, sentada no meu colo, chamando minha atenção. [...] porque a função da maternidade também é só ali na função dia-a-dia, daí tu pira sabe...Tu pira, é uma coisa boa assim ter filho, só que demanda muito de ti, te dá um cansaço mental...Mas eu acho importante a mulher não ficar só na função, ela poder se manter, fazer outras coisas sabe. [...] e que é o que a sociedade coloca pra mulher né. Por isso, que se ela tiver um amparo pra ela poder digamos sei lá seis meses, ou um ano em casa cuidando do filho mas podendo fazer outras coisas também, também poder tá bem mentalmente, pra poder voltar 'depois que o filho cresceu eu vou poder fazer outras coisas pra mim' aí tudo bem né...Não ficar só nesse...Mas eu acho importante ver o filho crescer sabe, é um momento único da vida, porque eu sinto muita falta, porque eu fiquei muito tempo na rua também, e muitas coisas eu não vi ela fazer, ela crescendo assim sabe, não lembro de muita coisa. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

A importância de ver o filho crescer é muitas vezes a razão que mobiliza as mulheres a tentarem conciliar ao máximo a dupla jornada. O convívio com o filho, mesmo nos casos de delegação total/adoção é muito importante para as mães.

3.3 Estratégias e significações

A agência das mães perante os conflitos da dupla jornada, não necessariamente é racionalizada ao ponto de priorizar um dos dois trabalhos, mas as escolhas estão no campo do “entre”: acumulação econômica, realização, maternidade, tempo para si etc. As mulheres articulam estratégias de acordo com a situação em que se encontram, assim como as histórias de vida distinguem a atribuição de significados ao trabalho e à maternidade.

Trabalho reprodutivo também é o trabalho doméstico, a mulher é designada a estes papéis que não são reconhecidos como trabalho social. O trabalho doméstico e a intensidade do tempo gasto se modificam, de acordo com Bruschini (2006, p.340), com a idade— que quanto mais avançada maior o tempo; com a escolaridade — o aumento do nível de escolaridade diminui as horas dedicadas; o rendimento — tempo de dedicação também se reduz com o aumento do nível de rendimento; e claro, a idade dos filhos— quanto menores mais consumo de número de horas.

(...) as mulheres, muito mais do que os homens, dedicam parte significativa de seu tempo ao trabalho para a reprodução social; entre elas, são as cônjuges e, principalmente, as mães as que dedicam número mais elevado de horas semanais aos afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2006, p.351).

As creches e escolas municipais são importantes na dupla jornada e autonomia feminina, pois é quando a mulher pode exercer seu trabalho livremente. Bruschini e Ridenti (2009, p.120) reiteram: “Para todas as que têm filhos muito pequenos, casadas ou chefes de família, as creches são, sem dúvida, a melhor estratégia de cuidado infantil enquanto trabalham”.

P: E como é pra ti conciliar os horários e o trabalho com o filho?

E: É, nisso fica mais tranquilo porque esse é o horário que ele tá na escola né. A vantagem de agora ter o turno integral pra ele, que fica dentro do meu período que eu tô na academia. Eu pego bem cedo, eu tenho a minha mãe eu traz ele um pouquinho mais tarde. (ADRIANA, Instrutora de academia)
[...] trabalho da uma às cinco e meia, que é a hora que o colégio dela solta (CARLA, auxilia na organização do brechó solidário)

No caso da ocupação as estratégias contidas ali pelas integrantes devem partir de uma análise cuidadosa, sendo vista como uma situação singular da rede de extensão e construção de vivência coletiva.

[...] aí ela fica aqui porque aqui é meio coletivo, daí tem o pessoal que fica, não tem como eu colocar ela na creche agora porque ela já tá maior, mas daí de tarde ela vai pra escola, eu levo ela pra escola, mas é só tipo hoje que é terça que eu trabalho de manhã daí não dá pra levar na escola, daí alguém leva, ou a minha mãe ou as gurias (da ocupação) que acabam levando, e de tarde ela vai pra escola e depois eu busco ela, venho pra cá. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

As mães que trabalham fim de semana juntamente com as crianças trabalham por encomendas, que é uma maneira de possibilitar maior flexibilidade:

[...] então se eles tem que ficar em casa e eu tenho uma encomenda pra entregar, eu levo essa encomenda pra casa né, eu consigo fazer as duas coisas. [...] eu tenho trabalhado seis horas semanais, não chega a seis né porque é da uma e meia até seis horas, mas eu vou adaptando meu horário conforme a vida deles. Então tem dias que eles tem atividade esportiva na escola então vai até mais tarde e daí eu fico até mais tarde e trabalho. (JOANA, Artesã MEI)

[...] eu acho até melhor porque daí eu tenho mais tempo com elas porque como eu faço em casa eu tenho mais tempo com elas em casa, porque se eu tenho uma encomenda eu posso parar ali de costurar e dar uma atenção pra elas, caso elas precisam né, na parte de estudo no caso né, caso elas precisam de ajuda nos temas eu posso parar ali e posso recomeçar na parte da noite no caso. (VANESSA, Artesã)

[...] é que assim, como eu trabalho por encomenda, eu não faço nada que não seja por encomenda. Eu não faço grandes quantidades pra vender, porque as minhas toalhas são personalizadas, e como elas são com o nome da criança, então só por encomenda. Então se o meu filho tá doente, e tu vir me encomendar eu vou te dizer: olha no momento eu não posso, só posso te entregar, vamos supor, daqui uma semana, ou daqui três dias. Eu que delimito a data de entrega. (BEATRIZ, Artesã)

A ausência de pessoa para essa delegação parcial justifica também, para Joana, a escolha pelo trabalho autônomo, como teria que pagar empregada doméstica para trabalhar como assalariada na área da enfermagem prefere optar pelo trabalho autônomo concomitante ao trabalho de cuidado e doméstico que exerce sozinha:

[...] Tem também o grupo de mães da escola, que umas ajudam às outras, se eu to com um no médico não vou poder buscar 'ah a fulana fica comigo, ou leva...', a gente tem essa integração. Eu não conto com meu marido pra essa ajuda porque o trabalho dele é fora da cidade, ele viaja muito então eu tive que me arrumar com esse círculo de amizades, sou sozinha em Porto Alegre, não tenho parentes, mãe... nada pra recorrer. Então é, esse é outro fator que também ajuda né a gente optar por ser autônoma. (JOANA, Artesã MEI)

Eu acho assim, no geral para o autônomo que tem... que realmente é autônomo assim. Porque autônomo pra mim é aquele que pode e tem a disponibilidade de fazer seu horário. Isso pra mim é autônomo, é por si, e não depende de outros, depende da hora que tu consegue te organizar daí tu trabalha. Eu não tenho essa, eu sou autônoma mas não sou nesse sentido porque eu tenho que cumprir horário. Tenho esse horário pra cumprir e não tenho grande flexibilidade por não ter outra pessoa. (ADRIANA, Instrutora de academia)

A divisão que os integrantes desta família parecem reproduzir está apoiada na divisão tradicional do papel provedor do homem e a mulher com o papel de cuidado e trabalho doméstico:

[...] Aí assim, eu só consegui essa transformação pelo apoio integral do meu companheiro né então assim a gente conversando, porque aí a gente não gasta com transporte escolar né, é eu que faço todo esse lado. Pra eu poder não trabalhar, ele assumiu a parte do controle financeiro. (JOANA, Artesã MEI)

A maternidade tem significações diferentes para as mulheres que estão sozinhas lidando com as instabilidades do trabalho autônomo. O fato de não ter companheiro para dividir as tarefas junto às responsabilidades de prover o sustento da família, como no caso das chefes de família, produz uma fragilidade de modo que é vital para elas mobilizarem estratégias. Há a estratégia de delegação parcial dos filhos, como as mulheres de classes populares não possuem recursos econômicos para delegar à babás, elas procuram pessoas próximas para delegar o cuidado dos filhos ou tarefas domésticas. Esse vínculos se personificam na figura do companheiro – este aparece na fala de Raquel, mas com condição de ajuda nas tarefas do lar apenas enquanto está desempregado ; a mãe – para Raquel, Luiza e Adriana; as outras integrantes da ocupação Mirabal para Luiza; e as amigas – para Carla e Joana:

Tem as gurias, eu sei que por exemplo eu não posso levar minha filha porque vou ter que trabalhar, como hoje, mas eu sei que vai ter alguém aqui que vai poder sabe, porque o filho da fulana estuda na mesma escola, tem esse apoio das gurias, ou se eu for ali ver alguma coisa na biblioteca alguma coisa assim, eu posso deixar ela aqui sabe, que é tranqüilo, é fechado, é seguro e eu confio nas pessoas que estão aqui... E também se eu passar fome, eu não vou passar fome sozinha sabe, eu não vou ficar desamparada sempre vai ter alguém pra me ajudar. [...] Mas imagina só se tivesse um cara que ajudasse ela (a mulher) também, ou um tempo que ela ficasse ali, ou uma creche boa e um trabalho legal. [...] porque é estressante mesmo, porque tu imagina escutar uma criança chorando o tempo todo, ou passar a madrugada inteira sem dormir, ou tipo sentar tu quer comer e aí tipo a criança não deixa tu comer (risos), tu não pode ir no banheiro que ela vem atrás, essas coisas.... As vezes não dá, as vezes tu perde a cabeça assim, e se tu não tem um apoio tu pode até ficar doente mentalmente. (LUIZA, Bicos de faxina e babá)

[...] Então não tem dificuldade pra mim de eu sair, pra vender alguma coisa, pra fazer alguma faxina... Daí ficam com o pai deles, que por enquanto tá desempregado. [...] Ainda bem que tem gente que me ajuda né, senão como é que eu ia fazer com três? (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina)

A delegação do trabalho reprodutivo ao pai da criança é uma estratégia para a mulher trabalhar e ter autonomia, que se divide entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo:

[...] como eu te falei como eles ficam mais com o pai, não que eu não dou prioridade a eles, mas eu penso mais no serviço pra fazer, pra poder ganhar mais, mas que as vezes dá um dó... como eu tenho ajuda deles, não que eu não dou carinho, tem...tem, quando eu tô em casa tem. Mas eu dou um pouquinho mais de prioridade pro serviço, pra poder comprar as coisas pra eles né? (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina)

Há ainda a delegação total do filho à outra mulher. Aparecem no campo empírico dois casos, da Raquel que delegou os cuidados do filho maior (oito anos) à mãe temporariamente, e de Carla que delegou à adoção a filha de quinze anos, ambas não podiam sustentar todos filhos. Esta situação não advém necessariamente do trabalho autônomo, mas sim do processo de vulnerabilidade que se soma ao fato de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho pela falta de qualificação ou porque não podem se inserir, como no caso da perda do benefício do INPS.

Sou sortuda, porque muitas mães tem seus filhos tirados, não sabem pra onde vão. Ah não fazem a mínima ideia, não tem convivência...Eu tenho dois filhos, e acabei... A minha casa, a minha vida, a minha filha... Meus três filhos né, e eu acho que eu sou muito sortuda, coisas que muitas não tem e queriam ter...Claro, a maioria dá porque quer, mas tem muitas que dão por necessidade.[...] já a minha guria não, eu dei ela com três anos e ela sabe porque ela foi dada, ela sabe! Na hora assim...E depois eu tinha sete dias pra pegar ela de volta e eu ia pegar, mas ia pegar ela pra quê? Pra ficar com ela na rua? Eu disse 'ah não!' E aí foi. Ela foi dada, ela sabe porque que foi dada, ela sabe como foi criada, então eu tenho muita sorte, uma que ela não me odeia, e ela gosta de ser muito parecida comigo (risos), ela tem o jeito da outra também mas ela gosta de ser parecida comigo, é como ela

diz: minha duas mães. A mãe de sangue e a mãe de coração. É, por isso que eu acho que eu sou muito, que eu tenho muita sorte. (CARLA, auxilia na organização do brechó solidário)

A delegação total a outras pessoas dá outra significação ao trabalho, quando consideram que dependem da acumulação econômica para retornar a viver com eles:

[...] Ah me sinto um pouco triste porque meu dois filhos não moram comigo né, que por enquanto eu não tenho condições pra dar... até eu poder me afirmando, pagar aluguel direitinho, comprar as coisas... Aí eu pego eles... Eu não dei né, mas isso me incomoda um pouco, mas eu do graças a deus que tem alguém pra cuidar né pra mim poder fazer, pra mim poder vender minhas coisas. [...] Pra poder ter eles comigo, abraçar todos. É o que eu quero. É só isso...Eu fico pensando isso no meu dia-a-dia, é eles, sempre eles. Cada um. [...] e quando no final do dia assim eu consegui 'ah isso aqui dá pra uma compra', conseguir comprar pra eles, dá uma emoção de que eu consegui. É bem bom. (RAQUEL, Artesã e bicos de faxina)

O significado do consumo de bens materiais surge na fala de Carla como uma conseqüência de sua trajetória de crescimento, ela não tem mais a possibilidade de retornar a viver com a filha, mas deixa claro que os laços permaneceram e que ainda compartilha momentos com a filha:

[...] E assim eu vou... Bem ou mal, claro que nem eu disse pra minha amiga, não é nenhum luxo onde eu moro, mas é uma casinha boa: tem teto, tem parede, tem colchão, tem fogão, tem chuveiro. Daí não preciso mais nada, e tenho a convivência da minha filha junto... Então tá bom! Pra quem catava lixo na rua e hoje já tem uma casa própria já é muita coisa né. [...] o que eu poderia sentir falta é da minha guria, mas eu tenho convívio com ela. Tô morando em Viamão, ela mora na Protásio, não é sempre que eu vejo ela, mas sempre que eu posso eu vou lá, ou ela vai lá em casa. (CARLA, auxilia na organização do brechó solidário)

Outra estratégia mobilizada pelas autônomas é uma divisão mais demarcada entre trabalho autônomo e reprodutivo, pois o tempo de trabalho se tornava ilimitado, o que as fazem trabalhar fora do horário e sem tempo de lazer:

[...] Junto com os filhos, eu não tava conseguindo muito dividir sabe o trabalho do resto das atividades né. [...] porque o trabalho é artesanal, então acabava trabalhando em casa e não separando chegou que os filhos tavam em casa, o marido tava em casa e eu tava lá 'socada' com a máquina né, então o que foi bom, foi bem isso né, eu separar pra ter tempo só pra eles...E eles também começaram a se queixar, e o espaço da casa também quando vê tomava a sala por conta ' ah mãe a gente não tem mais mesa pra comer', porque as minhas coisas tavam tudo lá por cima né. Então foi isso também que ajudou a procurar um outro espaço. (JOANA, Artesã MEI)

Há organização desta divisão tanto dos horários quanto do espaço de trabalho:

É um pouquinho complicado, porque tem que ter tempo pra eles né, e eles ocupam setenta por cento do meu tempo, e praticamente vinte por cento pro

trabalho. Então os dois estudam o dia inteiro. Então nesse meio tempo que eles tão, é onde eu organizo a casa e faço o trabalho, o meu trabalho no caso. Pra quando eles chegar tá livre pra eles. (BEATRIZ, Artesã)
 [...] elas estudam de tarde, e na parte da manhã eu faço alguma coisa, faço almoço, atendo elas pra ajeitar elas pro colégio da parte da tarde[...] e o trabalho doméstico sou tudo eu que faço. (VANESSA, Artesã)

As autônomas que trabalham com artesanato em casa, devido às agulhas e tesouras, materiais que são perigosos para crianças pequenas, têm um cuidado importante para que não haja mistura entre o material de trabalho e as crianças:

E na hora de buscar é sempre o pai que é, normalmente eu tô terminando alguma encomenda, to trabalhando naquele horário, então ou eu tô organizando as coisas pra quando eles chegar já tipo os meus materiais, as minhas encomendas não tá nada exposto a eles, porque eles são curiosos, são crianças então por isso eu procuro trabalhar no horário inverso do deles. [...] Porque assim, eles já sabem que aquilo dali é o meu trabalho, eles não tem o costume de mexer, mas criança é criança. Chega uma hora que sempre quer dá uma olhada aqui, uma olhada ali, e pra não estragar o que eu tô fazendo. Aí ele acaba buscando, enquanto isso eu vou guardando o que tem que ser guardado, colocado em ordem. (BEATRIZ, Artesã)

O trabalho com inversão de turnos é uma estratégia para a autônoma disfarçada Adriana, não é sempre que pode inverter, mas quando surgem imprevistos considera a melhor forma de conciliação, apesar de chegar mais tarde que o usual em casa e “quase não ver” o filho:

O que eu consigo num momento de aperto, por exemplo hoje era um dia que eu teria dentista, que eu tive dentista de manhã, quer dizer eu nunca vou conseguir um de noite a não ser particular, então eu tenho a flexibilidade de inverter o horário, aí sim...Mas aí eu me privo de estar com meu filho. Eu tenho a mãe que busca, mas como os dois horários ele tá na escola a gente fica com os horários em comum pra ficar fora de casa. Eu tenho essa possibilidade de troca, que foi o que aconteceu hoje: eu vou pegar a tarde e daí eu vou até as dez da noite. Então quer dizer, eu chego e mal vejo ele, pra praticamente botar ele na cama pra dormir. Porque aí no outro dia nossa rotina é no mesmo horário assim. (ADRIANA, Instrutora de academia)

Desta forma, nesta análise sobre os conflitos da dupla jornada aparecem, por serem oriundas de classes populares que precisam sobreviver, estratégias de vida para reprodução da família e a fim de satisfazer as necessidades relativas, que são produtos de determinado contexto histórico e social (GUTIÉRREZ, 2005, p.18). Assim como também emergem estratégias relacionadas ao bem viver na dupla jornada, no sentido da busca por harmonia entre os trabalhos autônomos e reprodutivos. As principais estratégias mobilizadas para conciliar o trabalho autônomo foram: trabalhar enquanto as crianças estão na creche ou escola,

trabalhar por encomendas, dividir as tarefas do trabalho reprodutivo com alguma pessoa próxima delegando parcial ou permanentemente os cuidados dos filhos.

O trabalho autônomo, mesmo com as diversas trajetórias que apareceram no campo empírico, se define pela flexibilidade negativa, como uma linha que une a todas. O aspecto universal do trabalho autônomo se configura no negativo, ou seja, no não acesso aos direitos sociais (mesmo para as trabalhadoras no setor formal) e na instabilidade da demanda, pois se configurássemos pelas características positivas não seriam aplicáveis a todas. Logo, os aspectos positivos da flexibilidade se mostram muito fluidos, pois são apreendidos de distintas formas pelas mulheres, por exemplo tempo de lazer e cuidado da casa não aparece como algo desejável para todas, mas para Joana é um ganho fundamental. O que podemos apontar de relevante, que reforça nossa hipótese, é que para suavizar e conter os traços negativos da dupla jornada as trabalhadoras têm estratégias de delegação parcial, geralmente para outras mulheres, e buscam uma estabilidade da demanda, para ter uma mínima condição de manutenção de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar a relação entre flexibilidade do trabalho autônomo e a maternidade contemporânea. O argumento de nossa hipótese era fundamentado na ideia de que a flexibilidade é positiva quando considerada a conciliação trabalho-família, mas que apenas a autonomia para mulher conciliar sozinha é insuficiente, sendo necessário mobilizar estratégias de conciliação. A nossa hipótese também abarcava a ideia de que nas trajetórias de vulnerabilidades, a flexibilidade poderia aprofundar condições precárias e de instabilidade econômica. Analisamos as histórias de vida e estratégias dessas mães, sob o ponto de vista da flexibilidade positiva e negativa, através de entrevistas semiestruturadas baseadas no roteiro previamente desenvolvido na análise exploratória.

O trabalho flexível é apresentado e investigado na sociologia relacionando-o à precarização e perda de direitos. O que tentamos articular são os dois lados da flexibilização. O trabalho autônomo e por conta própria, é um modo de trabalhar que naturalmente tem instabilidades, mas mostrou-se importante fator de conciliação entre as várias esferas de vida dessas mulheres.

As mulheres que são a base dessa pesquisa possuem habilidades e estão inseridas na divisão do trabalho, e parte de suas identidades pertencem ao saber-fazer de sua ocupação. Entre as que significam o trabalho produtivo como uma parte da identidade, a dupla jornada mesmo que conflituosa é mais coerente, pois tem uma atribuição de sentido sobre sua contribuição social. As que não possuem relação tão estreita com seu trabalho, significam mais o papel da maternidade, pois não julgam o trabalho de “bicos” como um trabalho de referência.

Percebemos duas divisões mais nítidas quanto ao sentido do trabalho autônomo: o trabalho autônomo como estratégia de conciliação, visando a dupla jornada; e o trabalho autônomo como uma estratégia de sobrevivência, frente às condições de fragilidades e da necessidade de sustento da família. Entretanto o trabalho como estratégia de sobrevivência também tem características conciliatórias, e algumas entrevistadas reportaram satisfação com seu nível de autonomia. Para as que possuem maior autonomia da conciliação, a maior flexibilidade percebida foram as trabalhadoras que dependem de encomendas. O aspecto negativo desse modo de produzir é que há instabilidade da demanda. Entretanto esta instabilidade pode ser mitigada quando não são as únicas responsáveis pelo sustento da família—

quando há outra renda para complementar, e principalmente quando contam com vínculos de apoio na dupla jornada: as mães, amigas, companheiros que se mostram essenciais para que a dupla jornada não seja “tão” conflituosa.

O conceito de desfiliação é o enfraquecimento da inserção pelo trabalho e do sujeito não possuir vínculos fortes que produz um processo de vulnerabilização e exclusão, segundo Robert Castel. Mobilizar pessoas e apoio na dupla jornada parece ser o mecanismo que perpassa a todas, tanto para as trabalhadoras que percebem no trabalho autônomo uma estratégia de conciliação, quanto como forma de sobrevivência. Por esse caminho, os laços que as trabalhadoras mobilizam na dupla jornada são fundamentais para contornar as condições frágeis ou por não acessar direitos sociais e pela instabilidade do trabalho autônomo, ou pela carga do trabalho reprodutivo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

_____; FERREIRA, Verônica Clemente. Terceirização e relações de gênero. In.: DRAU, Denise M.; RODRIGUES, Iram J.; CONCEIÇÃO, Jefferson J.(Orgs). **Terceirização no Brasil**: do discurso da inovação à precarização do trabalho. São Paulo: Annablume/CUT, p.129-150, 2009.

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2016.

BECK, Ulrich. Individualização da desigualdade social: sobre a destradicionalização das formas de vida da sociedade industrial. In.: **A sociedade de Risco**. São Paulo: Ed. 34, p. 107-148, 2011.

BRUCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Família, casa e trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, pp. 30-36, 1994.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 331-353, Dezembro 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2016.

_____.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo , v. 39, n. 136, p. 93-123, Apr. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CASACA, Sara Falcão. **Flexibilidade de emprego, novas temporalidades de trabalho e relações de gênero**: a reconfiguração da desigualdade nos novos sectores dos serviços. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações). Lisboa: ISEG, Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/4658>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petropolis: Vozes, 11 ed., 2013.

_____. A escolha do Estado Social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2 , n.3, p.18-35, 2000.

CATTANI, Antonio David. Autonomia. In: CATANNI, Antonio David (Org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 4 ed, 2002.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 29-37, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e Gênero. In.: COSTA, Ana A.; OLIVERIA, Eleonora Menicucci; LIMA, Maria E. Bezerra; SOARES, Vera. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no Trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, p.21-52, 2004.

_____. Regime de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA; Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.279-297, 2008.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2017.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi. O trabalhador por conta própria num contexto de precarização laboral. In.: BASTOS, Raul (Org.). **Dimensões de precarização do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, p.81-151 2007.

_____. Precarização do trabalho. In.: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Vozes, 4ed, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma Sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p.103-120, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2016.

GUTIÉRREZ, Alicia B.. Estratégias, capitais e redes: elementos para a análise da pobreza urbana. In.: CATTANI, Antônio D.; DIAZ, Laura M. (Orgs.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p.13-49, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da divisão sexual do Trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 06 set. 2015.

JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio. In.: JAMESON, Frédéric. **Pós modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ed Ática, p.27-51, 1996.

MARTINS, Clitia Backx. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, Ano 22 n. 4, p. 7, 2013. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/dupla-jornada-de-trabalho-desigualdade-entre-homens-e-mulheres/>>. Acesso: em 23 nov. 2015.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.5, p.51-63, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/viewFile/2712/3035>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 123-135, June, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2015.

MOREIRA, Lisandra Espíndola; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000200015>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

MOSSI, Thays W.; ROSENFELD, Cinara L. O que é ser flexível na nova configuração do trabalho? Os quadros superiores de TI e a flexibilização na gestão da empresa, na organização do trabalhos e nas relações de trabalho. **Revista da ABET**, v. 10, n.2, p.80-95, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, ano IV número 6, Unesp, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/aurora/article/view/1231>>. Acesso em: 12 out. 2016.

PENNA, Camila. Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 3, p. 192-204, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/2348>. Acesso em 15 nov. 2016.

PEREIRA, José Maria. Desemprego e Flexibilização do emprego. **FEE**, Porto Alegre, v.26, n.3, p. 107-118, 1998. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1572/1941>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROSENFELD, Cinara L. A autonomia outorgada e a apropriação do trabalho. **Sociologias (UFRGS)**, v.12, p.202-227, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Trad Márcio Santarrita. 1 ed Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SOUSA, Daniela; PRADO, Luiz; PICCININI, Cesar Augusto. Representações acerca da maternidade no contexto da depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e**

Critica, Porto Alegre , v.24, n.2, p. 335-343, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722011000200015>>. Acesso em: 25 out. 2015.

TONI, Miriam de; STEMBERG, Sheila Sara Wagner. Mais mulheres trabalhadoras, menos desigualdade? **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v.43, n.1, p. 69-82, 2015.

TREMBLAY, Diane; GENIN, E. Money, work-life balance and autonomy: why do IT professionals choose self-employment? **Applied Research Quality Life**, v. 3, p. 161-179, 2008.

APÊNDICE A: Roteiro das entrevistas

- Me conte um pouco da tua historia, e do momento da chegada do filho na tua vida.
- Como tu te tornaste autônoma? Já trabalhava nessa ocupação antes da maternidade?
- Já teve experiência de ter carteira assinada e receber salário? Como foi?
- A chegada do filho na tua vida modificou o dia-a-dia no trabalho? Como você se organiza depois da maternidade?
- Tu trabalha todos os dias da semana? Quantas horas em média?
- Tu tens liberdade para distribuir os horários conforme os imprevistos(por exemplo quando teu filho precisa de ti de alguma maneira, ou está doente)? Me conta como tu organiza teu tempo.
- E o espaço de trabalho? É perto de casa(se sim, como faz para se deslocar, quanto tempo demora) ou no domicílio(como faz para delimitar espaços)?
- Quando tu não pode ou está trabalhando com quem o filho fica?
- Tu compensa a tua ausência de alguma forma?
- E quem cuida dele ou busca na creche quando tu não pode? Como tu se sente com isso? Tens relação de confiança com essa(s) pessoa(s)?
- Como é para ti equilibrar o trabalho com o filho/ a dupla jornada?
- E as relações familiares, amigos, vizinhança te auxiliam de alguma forma na dupla jornada? (Economicamente com empréstimos,ou suporte nas tarefas do lar)
- Você acha que as mães devem trabalhar mesmo que não exista a necessidade econômica para ganhar dinheiro? Por quê?
- Assumir esse trabalho teve apoio de alguém? Hoje tu se sente apoiada?
- Tu se sente realizada?